



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

LIDERANÇAS – 2016

BLOCO MINAS MELHOR (COLIGAÇÃO PT – PMDB – PRB – PTdoB – PROS – PR)	
Líder	Deputado Rogério Correia
Vice-Líderes	Deputado Celinho do Sinttrocel Deputado Doutor Jean Freire Deputado Emidinho Madeira Deputado Léo Portela Deputada Rosângela Reis

BLOCO COMPROMISSO COM MINAS GERAIS (COLIGAÇÃO PV – PTN – PMN – PEN – PTC – PHS – PPS – PSC – PSD – REDE)	
Líder	Deputado Agostinho Patrus Filho
Vice-Líderes	Deputado Deputado Deputado Deputado

BLOCO VERDADE E COERÊNCIA (COLIGAÇÃO PSDB – PTB – PDT – PP – DEM)	
Líder	Deputado Gustavo Corrêa
Vice-Líderes	Deputado Carlos Pimenta Deputado Dilzon Melo Deputado Felipe Attiê Deputado João Vítor Xavier Deputado Neilando Pimenta

LIDERANÇA DA MAIORIA	
Líder	Deputado Vanderlei Miranda

LIDERANÇA DA MINORIA	
Líder	Deputado Gustavo Valadares

LIDERANÇA DO GOVERNO	
Líder	Deputado Durval Ângelo
Vice-Líderes	Deputado Bosco Deputado Deputado Dirceu Ribeiro Deputado Fábio Cherem Deputado Cristiano Silveira

**COMISSÕES PERMANENTES****COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	Presidente
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	Vice- Presidente
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
Deputado Fábio Chereim	PSD – BCMG	
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputada Cristina Corrêa	PT – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	
Deputado Paulo Lamac	REDE	

COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG	Presidente
Deputado Emidinho Madeira	PTdoB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Inácio Franco	PV – BCMG	
Deputado Nozinho	PDT – BVC	
Deputado Rogério Correia	PT – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	
Deputado Antônio Carlos Arantes	PSDB – BVC	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS – BCMG	

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	Presidente
Deputado Wander Borges	PSB – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BVC	
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	



Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Noraldino Júnior	PSC – BCMG
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM
Deputado João Leite	PSDB – BVC
Deputado Paulo Lamac	REDE
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	Presidente
Deputado João Alberto	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	
Deputado Isauro Calais	PMDB – BMM	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	
Deputado Felipe Attiê	PP – BVC	
Deputado Fabiano Tolentino	PV – BCMG	
Deputado Agostinho Patrus Filho	PPS – BCMG	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Bosco	PTdoB – BMM	Presidente
Deputada Cristina Corrêa	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Wander Borges	PSB – BCMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC	
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	
Deputado Elismar Prado	PT – BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PTN – BCMG	
Deputado Arlen Santiago	PTB – BVC	
Deputado Glaycon Franco	PTN – BCMG	

**COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE**

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Elismar Prado	PT – BMM	Presidente
Deputado Roberto Andrade	PTN – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Noraldino Júnior	PSC – BCMG	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	
Deputado Tony Carlos	PMDB – BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB- BVC	
Deputado Fred Costa	PEN- BCMG	

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	Presidente
Deputado Tito Torres	DEM – BVC	Vice-Presidente
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	
Deputado Elismar Prado	PT – BMM	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BVC	
Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB- BMM	

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antônio Carlos Arantes	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Felipe Attiê	PP – BVC	Vice-Presidente
Deputado Roberto Andrade	PTN – BCMG	
Deputado Antonio Lerin	PSB – BCMG	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BVC	
Deputado Neilando Pimenta	PP – BVC	
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	



Deputado Wander Borges	PSB – BCMG
Deputado Professor Neivaldo	PT – BMM

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	Presidente
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	
Deputado Paulo Lamac	REDE	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Ricardo Faria	PCdoB- BMM	
Deputado Emidinho Madeira	PTdoB – BMM	
Deputado Missionário Márcio Santiago	PTB – BVC	
Deputado Fábio Cherem	PSD – BCMG	
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Paulo Lamac	REDE	Presidente
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BVC	
Deputado Professor Neivaldo	PT- BMM	
Deputado Ivair Nogueira	PT – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Cristina Corrêa	PT – BMM	
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PTN – BCMG	

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 11 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	Presidente
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Antonio Lerin	PSB – BCMG	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB – BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	



MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM
Deputado Wander Borges	PSB – BCMG
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	Presidente
Deputado Vanderlei Miranda	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Rogério Correia	PT – BMM	
Deputado Felipe Attiê	PP – BVC	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC	
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
Deputado Gil Pereira	PP – BVC	
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	Presidente
Deputado Inácio Franco	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Fábio Cherem	PSD – BCMG	
Deputado Tony Carlos	PMDB – BMM	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Bosco	PTdoB – BMM	

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Gil Pereira	PP – BVC	Presidente
Deputado Bosco	PTdoB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Tony Carlos	PMDB – BMM	
Deputado Glaycon Franco	PTN – BCMG	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Felipe Attiê	PP – BVC	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	
Deputado Roberto Andrade	PTN – BCMG	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputada Marília Campos	PT – BMM	Presidente
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado João Leite	PSDB – BVC	
Deputado Emidinho Madeira	PTdoB – BMM	
Deputado Fábio Cherm	PSD – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	
Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB – BMM	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	Presidente
Deputado Missionário Márcio Santiago	PTB – BVC	Vice-Presidente
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC	
Deputado Léo Portela	PR – BMM	
Deputado Leandro Genaro	PSB – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	



Deputado Vanderlei Miranda	PMDB – BMM
Deputado Antonio Lerin	PSB – BCMG

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	Presidente
Deputado Léo Portela	PR – BMM	Vice-Presidente
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Rogério Correia	PT – BMM	
Deputado João Alberto	PMDB – BMM	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	
Deputado Wander Borges	PSB – BCMG	
Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG	

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Arlen Santiago	PTB – BVC	Presidente
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	Vice-Presidente
Deputado Glaycon Franco	PTN – BCMG	
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	
Deputado Ricardo Faria	PCdoB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BVC	
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB – BMM	

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	Presidente
Deputado João Leite	PSDB – BVC	Vice-Presidente
Deputado Professor Neivaldo	PT – BMM	
Deputada João Alberto	PMDB – BMM	
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	



MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC
Deputada Cristina Corrêa	PT – BMM
Deputado Emidinho Madeira	PTdoB – BMM
Deputado	PCdoB – BMM

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB – BMM	Presidente
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Isauro Calais	PMDB – BMM	
Deputado Gil Pereira	PP – BVC	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB – BMM	
Deputado Bosco	PTdoB – BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS – BCMG	
Deputado Felipe Attiê	PP – BVC	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Deiró Marra	PR – BMM	Presidente
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB – BMM	
Deputado Neilando Pimenta	PP – BVC	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Léo Portela	PR – BMM	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	
Deputado Felipe Attiê	PP – BVC	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	

COMISSÃO DE ÉTICA

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	Vice-Presidente



Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG
Deputado Rogério Correia	PT – BMM
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM
Deputado Glaycon Franco	PTN – BCMG
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM
Deputado Leonídio Bouças	PMDB.-BMM

Ouvidor-Geral: Deputado Inácio Franco

SUMÁRIO

- 1 – PROPOSIÇÕES DE LEI**
- 2 – ATAS**
 - 2.1 – Reuniões de Comissões
- 3 – ORDENS DO DIA**
 - 3.1 – Plenário
 - 3.2 – Comissões
- 4 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
 - 4.1 – Plenário
 - 4.2 – Comissões
- 5 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 6 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR**
- 7 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



PROPOSIÇÕES DE LEI

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.974

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais da Barra do Setúbal – ACPPRBS –, com sede no Município de Itamarandiba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais da Barra do Setúbal – ACPPRBS –, com sede no Município de Itamarandiba.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 11 de março de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.975

Declara de utilidade pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Santa Maria, com sede no Município de Lassance.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Santa Maria, com sede no Município de Lassance.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 11 de março de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.976

Declara de utilidade pública a Associação dos Agricultores Familiares do Bairro da Cachoeira e Região – Afabaca –, com sede no Município de Paraguaçu.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Agricultores Familiares do Bairro da Cachoeira e Região – Afabaca –, com sede no Município de Paraguaçu.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 11 de março de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.977

Declara de utilidade pública a Associação do Reassentamento Amigos Para Sempre, com sede no Município de Itamarandiba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação do Reassentamento Amigos Para Sempre, com sede no Município de Itamarandiba.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 11 de março de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário



PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.978

Declara de utilidade pública a Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social – Aedas –, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social – Aedas –, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 11 de março de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.979

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais do Setúbal, com sede no Município de Itamarandiba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais do Setúbal, com sede no Município de Itamarandiba.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 11 de março de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.980

Declara de utilidade pública a Associação Familiar Rural Agroecológico Sustentável Regional, com sede no Município de Porteirinha.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Familiar Rural Agroecológico Sustentável Regional, com sede no Município de Porteirinha.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 11 de março de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário



PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.981

Declara de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Região de Serra Branca, com sede no Município de Porteirinha.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Região de Serra Branca, com sede no Município de Porteirinha.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 11 de março de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.982

Declara de utilidade pública a Associação dos Agricultores Familiares do Pombal – Asspo –, com sede no Município de Guidoal.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Agricultores Familiares do Pombal – Asspo –, com sede no Município de Guidoal.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 11 de março de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.983

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Penha de França, com sede no Município de Itamarandiba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Penha de França, com sede no Município de Itamarandiba.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 11 de março de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

**PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.984**

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Crimeia-Taboquinha e Sumidouro, com sede no Município de Várzea da Palma.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Crimeia-Taboquinha e Sumidouro, com sede no Município de Várzea da Palma.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 11 de março de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

**ATAS****ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DO CRACK E OUTRAS DROGAS, EXTRAORDINÁRIA DAS MULHERES E DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 21/5/2015**

Às 15h15min, comparece na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro (substituindo o deputado Sargento Rodrigues, membro da Segurança Pública, por indicação do Líder do BVC), membro da Comissão Extraordinária das Mulheres e da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso do Crack e Outras Drogas. A presidente, deputada Ione Pinheiro, nos termos do art. 125, § 3º, do Regimento Interno, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por tratar-se da primeira reunião conjunta das comissões de Combate ao Uso do Crack e Outras Drogas, Extraordinária das Mulheres e de Segurança Pública. A presidência informa que a reunião se destina a debater a recomendação do Ministério Público sobre a adoção de filhos de mulheres usuárias de *crack* e outras drogas. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os seguintes convidados: Wilton Rodrigues, presidente do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte; Estevão Ferreira Couto, defensor público da União, titular do Ofício de Direitos Humanos e Tutela Coletiva em Minas Gerais; Laurelle Carvalho de Araújo, defensora pública e coordenadora substituta do Núcleo de Infância e Juventude de Minas Gerais; Marcia Rocha Parizzi, coordenadora da Saúde da Criança e do Adolescente da Secretaria Municipal de Saúde; Cláudia Natividade, da Comissão Mulheres e Questões de Gênero, do Conselho Regional de Psicologia, representando Délcio Fernando Guimarães Pereira, presidente da Comissão de Ética do Conselho Regional de Psicologia; Fernando Elias de Freitas da Silva, gerente da Secretaria Municipal de Direitos de Cidadania, representando Luciana Crepaldi, coordenadora de Direitos Humanos da Secretaria Municipal Adjunta de Direitos da Cidadania; Adriene da Silveira Seixas, defensora pública; Júnia Roman Carvalho, defensora pública; Diana de Lima Prata Camargos, defensora pública, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidente, na qualidade de uma das autoras do requerimento que deu origem aos debates, tece suas considerações iniciais. Registra-se a presença das deputadas Marília Campos, membro da Comissão Extraordinária das Mulheres, e Cristina Corrêa, membro da Comissão Extraordinária das Mulheres e da Segurança Pública. Logo após, a presidente passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Registra-se a saída da deputada Marília Campos. Registra-se a presença da deputada Celise Laviola (substituindo o deputado Léo Portela, membro da Comissão de Prevenção ao Uso do Crack e Outras Drogas, por indicação do Líder do BMM), membro da Comissão Extraordinária das Mulheres e da Segurança Pública. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Registra-se a presença do deputado João Leite, membro da Comissão de Segurança Pública (substituindo o deputado Missionário Márcio Santiago, membro da



Comissão de Prevenção ao Uso do Crack e Outras Drogas, por indicação do líder do BVC). A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.863/2015, das deputadas Ione Pinheiro, Celise Laviola, Marília Campos, e Cristina Corrêa e do deputado João Leite, em que solicitam seja realizada visita da Comissão Extraordinária das Mulheres à presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, com a presença de representantes da Coordenadoria da Infância e Juventude e da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJMG, com a finalidade de discutir as Recomendações do Ministério Público nºs 5 e 6, de 2014, sendo convidadas para participarem da visita a coordenadora do Núcleo da Infância e Juventude Cível da Defensoria Pública do Estado e a coordenadora da Saúde da Criança e do Adolescente da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte;

nº 1.864/2015, das deputadas Ione Pinheiro, Marília Campos, Cristina Corrêa, Celise Laviola e do deputado João Leite, em que solicitam seja realizada visita da Comissão Extraordinária das Mulheres à Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Belo Horizonte, com a finalidade de discutir as Recomendações do Ministério Público nºs 5 e 6, de 2014, sendo convidadas para participarem da visita a coordenadora do Núcleo da Infância e Juventude Cível da Defensoria Pública do Estado e a coordenadora da Saúde da Criança e do Adolescente da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte;

nº 1.865/2015, das deputadas Marília Campos, Ione Pinheiro, Celise Laviola, Cristina Corrêa e do deputado João Leite, em que requerem sejam realizadas visitas da Comissão Extraordinária das Mulheres ao abrigo Lar Cristão de Belo Horizonte/Casa Emanuel e ao abrigo Associação Irmão Sol/Casa dos Pequenos, com a finalidade de conhecer a realidade desses locais e verificar se houve aumento do número de abrigados com a edição das Recomendações do Ministério Público nºs 5 e 6, de 2014, sendo convidadas para participarem da visita a coordenadora do Núcleo da Infância e Juventude Cível da Defensoria Pública do Estado e a coordenadora da Saúde da Criança e do Adolescente da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte;

nº 1.866/2015, das deputadas Ione Pinheiro, Celise Laviola, Cristina Corrêa, Marília Campos e do deputado João Leite, em que solicitam seja realizada visita da Comissão Extraordinária das Mulheres à Prefeitura de Belo Horizonte com a finalidade de discutir a situação dos abrigos municipais e a implantação de um abrigo específico para o acolhimento de mães usuárias de entorpecentes e seus filhos, bem como sobre a possibilidade da formalização de acordos de cooperação técnica com a Defensoria Pública do Estado para a formação de equipes de atendimento psicossocial, sendo convidadas para participarem da visita a coordenadora do Núcleo da Infância e Juventude Cível da Defensoria Pública do Estado e a coordenadora da Saúde da Criança e do Adolescente da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte;

nº 1.867/2015, das deputadas Ione Pinheiro, Celise Laviola, Cristina Corrêa Marília Campos e do deputado João Leite, em que requerem sejam enviados ofícios ao governo do Estado e à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social encaminhando, para conhecimento, as notas taquigráficas da 1ª Reunião Conjunta das Comissões de Prevenção e Combate ao Uso do Crack e Outras Drogas, de Segurança Pública e Extraordinária das Mulheres, realizada em 21/5/2015, e solicitando providências para apoiar a implantação de um abrigo específico em Belo Horizonte para o acolhimento de mães usuárias de entorpecentes e seus filhos, com a disponibilização das equipes e do atendimento psicossocial necessário;

nº 1.868/2015, das deputadas Ione Pinheiro, Celise Laviola, Cristina Corrêa, Marília Campos e do deputado João Leite, em que solicitam seja realizada reunião da Comissão Extraordinária das Mulheres com a finalidade de ouvir gestantes e mães atingidas pelas Recomendações nºs 5 e 6, editadas pelo Ministério Público no ano de 2014, com a participação de defensores públicos do Núcleo da Infância e Juventude Cível da Defensoria Pública do Estado;

nº 1.869/2015, das deputadas Ione Pinheiro, Celise Laviola, Cristina Corrêa, Marília Campos e do deputado João Leite, em que solicitam seja enviado pedido de informações ao Procurador-Geral de Justiça de Minas Gerais acerca das Recomendações nºs 5 e 6, de 2014, solicitando, em especial, esclarecimentos sobre as datas de envio e de recebimento das mencionadas recomendações pelas maternidades particulares de Belo Horizonte, e o número de crianças nascidas nessas



maternidades que foram encaminhadas para o acolhimento em abrigos a partir da edição das recomendações; o posicionamento ou a eventual recomendação do Ministério Público acerca da implantação de abrigo específico em Belo Horizonte para o acolhimento de mães usuárias de entorpecentes e seus filhos; a eventual interposição de ações civis públicas ou outras medidas judiciais inerentes ao assunto, com o fornecimento dos números dos autos e respectivos andamentos processuais;

nº 1.872/2015, das deputadas Ione Pinheiro, Celise Laviola, Marília Campos, Cristina Corrêa e do deputado João Leite, em que requerem seja enviado à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de providências solicitando seja analisada a possibilidade da efetivação de acordos de cooperação técnica com a Defensoria Pública do Estado, especialmente para a designação de assistentes sociais e psicólogos destinados à composição de equipes de atendimento psicossocial nessa instituição.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2015.

Ione Pinheiro, presidente.

ATA DA 12ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/9/2015

Às 20h30min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola (substituindo o deputado Cabo Júlio, por indicação da liderança do BMM) e os deputados João Magalhães, Fábio Cherem, Gustavo Corrêa, Paulo Lamac e Tiago Ulisses (substituindo o deputado Agostinho Patrus Filho, por indicação da liderança do BCMG), membros da Comissão de Administração Pública; e a deputada Celise Laviola e os deputados Tiago Ulisses, Rogério Correia, Fábio Cherem (substituindo o deputado Thiago Cota, por indicação da liderança do BCMG), Gustavo Corrêa (substituindo o deputado Felipe Attiê, por indicação da liderança do BVC) e João Magalhães (substituindo o deputado Vanderlei Miranda, por indicação da liderança do BMM), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Estão presentes, também, os deputados Paulo Lamac, Cristiano Silveira e Isauro Calais. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Fábio Cherem, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 2.883/2015, no 1º turno, do qual designou como relator o deputado Paulo Lamac, pela comissão de Administração Pública, e o deputado Rogério Correia, pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.883/2015 na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Paulo Lamac), pela Comissão de Administração Pública; e na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Rogério Correia), pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de março de 2016.

João Magalhães, presidente.



ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS E DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/11/2015

Às 19h30min, comparece na Escola Estadual Maria Josefina, em Nova Lima, o deputado Fred Costa, membro da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, e substituindo o deputado Anselmo José Domingos, por indicação da liderança do BCMG, membro da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fred Costa, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião conjunta dessas comissões. A presidência informa que a reunião se destina a debater a proposta de construção do Complexo do Aeródromo Civil Público do Vetor Sul, no Município de Nova Lima. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Gustavo Henrique Wykrota Tostes, diretor-presidente da Associação dos Condomínios Horizontais; José Paulo Ribeiro Fontes Júnior, presidente da Associação Comunitária do Distrito de São Sebastião das Águas Claras; Fred Lanna, diretor de Esportes da Arca Amaserra, representando a Sra. Simone Bottrel, presidente e conselheira do Parque da Serra do Rola Moça; Walmir de Castro Braga, presidente da Associação para Proteção Ambiental do Vale do Mutuca – Promutuca; Manoel Ambrósio de Oliveira, presidente da Associação de Proprietários do Condomínio Pasárgada; e Robert Laviola Vagliano, diretor jurídico da Associação dos Moradores do Jardim Canadá. O presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de novembro de 2015.

Fred Costa, presidente.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ÁGUAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/12/2015

Às 14h39min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Cristina Corrêa (substituindo o deputado Arnaldo Silva, por indicação da liderança do BMM) e os deputados Doutor Jean Freire e João Vítor Xavier, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Fábio Cherem. Havendo número regimental, o presidente, Doutor Jean Freire, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da deputada Cristina Corrêa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.776/2015, dos deputados Carlos Pimenta e Doutor Jean Freire, em que solicitam seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informações sobre o grau de assoreamento, a qualidade das águas da Barragem de Irapé e as atividades e o orçamento previstos para 2016 para o processo de revitalização dos afluentes do Rio Jequitinhonha;

nº 4.777/2015, dos deputados Carlos Pimenta e Doutor Jean Freire, em que solicitam seja encaminhado ao diretor-geral do Idene pedido de informações sobre o planejamento (recursos, número de poços, critérios na definição de perfurações) e a atuação do instituto nas perfurações de poços tubulares profundos nos Vales dos Rios Jequitinhonha e Mucuri;

nº 4.778/2015, dos deputados Doutor Jean Freire e Carlos Pimenta, em que solicitam seja encaminhado ao presidente do IEF pedido de informações sobre a disponibilidade e a distribuição de mudas de eucalipto e outras espécies na região do alto, do médio e do baixo Jequitinhonha e Mucuri;

nº 4.779/2015, dos deputados Carlos Pimenta e Doutor Jean Freire, em que solicitam seja encaminhado à coordenadora da Secretaria Executiva do Fhidro pedido de informações sobre a natureza, a finalidade e os valores dos recursos investidos nas obras das bacias do Rio Doce e do Rio Jequitinhonha, no período crítico da crise hídrica atual;



nº 4.780/2015, dos deputados Carlos Pimenta e Doutor Jean Freire, em que solicitam seja encaminhado ao presidente da Copasa pedido de informações sobre a situação de coleta e tratamento de esgoto em cada município atendido pela empresa nas bacias do Rio Jequitinhonha e do Rio Mucuri;

nº 4.782/2015, dos deputados Carlos Pimenta e Doutor Jean Freire, em que solicitam seja encaminhado ao presidente da Copasa pedido de informações sobre os investimentos previstos e realizados até 2015, na coleta e no tratamento de esgoto, em cada município atendido pela empresa nas bacias do Rio Jequitinhonha e do Rio Mucuri;

nº 4.784/2015, dos deputados Carlos Pimenta e Doutor Jean Freire, em que solicitam seja encaminhado ao presidente da Copanor pedido de informações sobre os investimentos previstos e realizados até 2015, na coleta e no tratamento de esgoto, em cada município atendido pela empresa nas bacias do Rio Jequitinhonha e do Rio Mucuri;

nº 4.787/2015, dos deputados Doutor Jean Freire e Carlos Pimenta, em que solicitam seja encaminhado ao superintendente regional de Regularização Ambiental em Diamantina, da Supram Jequitinhonha, pedido de informações sobre as licenças ambientais em vigor, solicitadas e em tramitação, para pesquisa e exploração de ouro no leito e entorno do Rio Araçuaí;

nº 4.789/2015, dos deputados Carlos Pimenta e Doutor Jean Freire, em que solicitam seja encaminhado ao presidente da Copanor pedido de informações sobre a situação da coleta e do tratamento de esgoto em cada município atendido pela empresa nas bacias do Rio Jequitinhonha e do Rio Mucuri;

nº 4.790/2015, dos deputados Carlos Pimenta e Doutor Jean Freire, em que solicitam seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para promover, prioritariamente, a revitalização da bacia hidrográfica do Rio Jequitinhonha fundamentada no *Plano de Gestão da Bacia do Rio Jequitinhonha*, elaborado em 2009 e ainda pouco realizado;

nº 4.791/2015, dos deputados Carlos Pimenta e Doutor Jean Freire, em que solicitam seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente pedido de informações sobre o número de empresas que exercem atividade minerária na bacia do Rio Jequitinhonha, suas localizações e impactos ambientais, bem como sobre a qualidade da água do referido rio e sobre as ações dessa secretaria para a recuperação e a revitalização de seus afluentes;

nº 4.792/2015, dos deputados Carlos Pimenta e Doutor Jean Freire, em que solicitam seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente pedido de informações sobre o Fhidro, esclarecendo-se qual o montante de recursos que compõem o fundo, quais investimentos e em quais locais foram realizados até o momento, quanto foi repassado para os Comitês de Bacias e quanto foi repassado à Ruralminas para a construção de pequenas barragens;

nº 4.793/2015, dos deputados Doutor Jean Freire e Carlos Pimenta, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para que não haja em 2015 e 2016 nenhum contingenciamento de recursos orçamentários alocados para ações de investimentos da Copanor;

nº 4.794/2015, dos deputados Carlos Pimenta e Doutor Jean Freire, em que solicitam seja encaminhado à Copanor pedido de providências para que sejam revistos os objetivos da entidade, de forma a permitir o atendimento das comunidades com menos de 200 habitantes;

nº 4.795/2015, dos deputados Carlos Pimenta e Doutor Jean Freire, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Sedinor – pedido de providências para acelerar as obras de instalação de sistemas de abastecimento de água nos municípios que enfrentam a falta de água nas regiões dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri;

nº 4.796/2015, dos deputados Carlos Pimenta e Doutor Jean Freire, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente pedido de providências para que sejam estimulados e realizados projetos de proteção e recuperação de nascentes, além de programas de pagamentos por serviços ambientais relacionados com a produção de água nos Vales dos Rios Jequitinhonha e Mucuri; e

nº 4.797/2015, dos deputados Carlos Pimenta e Doutor Jean Freire, em que solicitam seja encaminhado à Coordenadoria da Secretaria Executiva do Fhidro pedido de providências para que seja liberada maior soma de recursos para a manutenção e a atuação dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Vales do Rio Jequitinhonha e do Mucuri, que atualmente lidam com a urgência na busca de soluções para o abastecimento de água e obras de esgotamento sanitário diante da situação crítica de falta de água e degradação dos cursos d'água e dos mananciais da região.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de dezembro de 2015.

Iran Barbosa, presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/2/2016

Às 10h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gil Pereira, Bosco, Glaycon Franco e Gustavo Corrêa, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Dilzon Melo, Carlos Pimenta e Tito Torres. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião desta sessão legislativa. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mails* dos Srs. Jair Cardoso, recebido por meio do Fale com a Assembleia em 25/11/2015, reclamando da falta de água em Monte Azul, nas localidades de São Pedro, Bom Jesus e Moreira; André Naves Alves, vereador da Câmara Municipal de Carrancas, encaminhado em 9/12/2015, solicitando apoio junto à Cemig para sanar o problema de falta de energia elétrica em algumas propriedades rurais, uma vez que estão ocorrendo grandes prejuízos, como perda de leite, vacinas e alimentos – a presidência informa que esta comissão recebeu resposta da Cemig em 15/12/2015 afirmando que o fornecimento de energia elétrica na localidade foi restabelecido no dia 10/12/2015, não havendo reclamações pendentes no sistema da empresa; e Robson Eleutério, recebido por meio do Fale com a Assembleia em 30/12/2015, questionando o grau de investimento em melhorias sociais nas áreas onde as empresas de mineração atuam. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo*, nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Mariah Brochado Ferreira (2), secretária de Casa Civil (12/12/2015) e (13/1/2016); e dos Srs. Marco Aurélio Crocco Afonso, presidente do BDMG (3/12/2015); Hermes J. Chipp, diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS (17/12/15); e Felipe Mendes de Oliveira, presidente da Codevasf (4/2/2016). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.423 e 3.437/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.879/2016, do deputado Tito Torres, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a inclusão do Município de Ferros nas discussões relativas aos impactos ambientais provocados pelas mineradoras Anglo American, Manabi e Vale, instaladas nos Municípios de Conceição do Mato Dentro, Morro do Pilar e Itabira;

nº 4.881/2016, dos deputados Roberto Andrade e Dirceu Ribeiro, em que solicitam seja encaminhado à Flyways Linhas Aéreas pedido de providências para implantação de rota entre os Municípios de Ubá e Belo Horizonte;

nº 4.890/2016, da deputada Cristina Corrêa, em que solicita seja encaminhado ao prefeito de Santa Luzia pedido de informações sobre se o valor arrecadado por meio da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – Cosip – é igual ao custo de energia cobrado da população de Santa Luzia nos últimos cinco anos; sobre a falta de razoabilidade e proporcionalidade nos percentuais cobrados pela Prefeitura de Santa Luzia em comparação com os Municípios de Ribeirão



das Neves, Sete Lagoas e Lagoa Santa; e sobre o convênio entre a prefeitura e a concessionária de energia elétrica, enviando a esta Casa cópia desse documento;

nº 4.892/2016, da deputada Cristina Corrêa, em que solicita seja encaminhado à Selt Engenharia pedido de informações sobre o enquadramento da iluminação pública do Município de Santa Luzia em B4b – bulbo de lâmpada – ou em B4a – rede de distribuição – e sobre os valores de base de cálculo para B4b ou B4a;

nº 4.895/2016, do deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o programa de recuperação de nascentes e revitalização de rios e córregos das cidades mineiras em que a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – tem concessão;

nº 4.897/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com as Comissões de Agropecuária e Agroindústria e de Desenvolvimento Econômico para debater a situação do Projeto Jaiba quanto aos custos da energia, à comercialização dos produtos e à utilização da água;

nº 4.900/2016, do deputado Gil Pereira, em que solicita, tendo em vista a adesão deste Estado ao Convênio ICMS Confaz nº 157, de 18/12/2015, que autoriza a concessão de isenção nas operações internas relativas à circulação de energia elétrica, sujeitas a faturamento sob o Sistema de Compensação de Energia Elétrica de que trata a Resolução Normativa nº 482, de 2012, da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel –, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – pedido de informações sobre a positividade da respectiva autorização; e sobre a necessidade ou não de adequação, bem como o prazo para tal, do teor do art. 13, § 32, da Lei nº 6.763, de 1975, bem como dos arts. 53-K e 53-L do Decreto nº 43.080, de 2002, qual seja o Regulamento do ICMS – RICMS-MG –, relativos à redução de base de cálculo e à concessão de regime especial de tributação relativamente às operações em exame;

nº 4.913/2016, do deputado Gustavo Valadares, em que solicita seja realizada audiência de convidados para que a Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – explique o processo decisório para o aporte de R\$240.000.000,00 na Renova Energia com o objetivo de elevar a participação acionária nessa empresa;

nº 4.914/2016, do deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para proteger imediatamente, por isolamento, as nascentes já identificadas de córregos e rios localizadas na Serra do Cabral e, em especial, nos Municípios de Francisco Dumont e Joaquim Felício;

nº 4.915/2016, do deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja encaminhado ao Ministério do Meio Ambiente pedido de providências para proteger imediatamente, por isolamento, as nascentes já identificadas de córregos e rios localizadas na Serra do Cabral e, em especial, nos Municípios de Francisco Dumont e Joaquim Felício;

nº 4.916/2016, do deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja encaminhado ao Ministério da Integração Nacional pedido de providências para proteger imediatamente, por isolamento, as nascentes já identificadas de córregos e rios localizadas na Serra do Cabral e, em especial, nos Municípios de Francisco Dumont e Joaquim Felício; e

nº 4.917/2016, do deputado Bosco, em que solicita seja realizada visita à Vale Fertilizantes para tratar da planta de fertilizantes dos Municípios de Araxá e Patrocínio.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de março de 2016.

Gil Pereira, presidente – Tony Carlos – Dilzon Melo.

**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/2/2016**

Às 16h1min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Emidinho Madeira e Cristiano Silveira (substituindo o deputado Doutor Jean Freire, por indicação da liderança do Partido dos Trabalhadores), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* em 4/2/2016: ofícios do Sr. Vítor Valverde, secretário municipal de Governo de Belo Horizonte; da Sra. Diana Aparecida Sena e do Sr. Edson Corrêa Lima, respectivamente diretora de Meio Ambiente e chefe do Departamento de Defesa Civil da Prefeitura de Congonhas; e do Sr. Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Júnior, superintendente administrativo adjunto ao Tribunal de Justiça. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 4.924/2016, da deputada Marília Campos e do deputado Cristiano Silveira, em que solicitam seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos para debater a denúncia de agressão da Polícia Militar aos foliões do Bloco das Bicletinhas, em 4/2/2016, conforme solicitação do Sr. Pedro Luiz Neves Victor Ananias, vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte. Registra-se a presença do deputado Leandro Genaro. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de março de 2016.

Marília Campos, presidente – Doutor Jean Freire – Fábio Cherem.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/2/2016

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, João Leite, Cabo Júlio, Professor Neivaldo e Doutor Jean Freire. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do §1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta; discutir e votar proposições da comissão; e, em audiência pública, debater o longo período para a formalização do Redes nº 2015-009850597-001 na Delegacia de Polícia Civil, com prejuízo ao policiamento militar. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mail* do Sr. Márcio Henrique, encaminhado por meio do Fale com a Assembleia, manifestando repúdio em relação à atitude da delegada Cleide de Oliveira Fiorillo, que liberou detidos mesmo com a prova dos fatos que lhe eram imputados, e sugerindo a exoneração da delegada. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Mariah Brochado Ferreira (8), secretária adjunta de Casa Civil e de Relações Institucionais (13/1 e 18/2/2016), e dos Srs. Bernardo Santana de Vasconcellos, secretário de estado de Defesa Social (27/1/2016), Marcelo Fenelon, diretor técnico de Ferrosos da Vale S.A. (28/1/2016), Bruno Tasca Cabral, delegado-geral da Polícia Civil de Minas Gerais, Vítor Valverde, secretário municipal de Governo e Carlos André Mariani Bittencourt, procurador-geral de justiça (4/2/2016). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.885, 2.888, 2.893, 3.022, 3.032/2015, e 3.769, 3.770, 3.773 e 3.774/2016. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.909, 2.737 e 2.795/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.873, 4.875, 4.877, 4.878, 4.880, 4.902 a 4.904, 4.907 a 4.910, 5.018 a 5.021/2016, e rejeitados os Requerimentos nºs 4.911/2016, do deputado Sargento Rodrigues, e 5.022/2016, do deputado Lafayette Andrada,



em que solicita seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei 3.256/2016, que trata da criação de cadastro de bicicletas na Secretaria de Estado de Defesa Social para ajudar na recuperação de bicicletas furtadas e roubadas e prevenir novas ocorrências.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 5.025/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada visita a eventos realizados no Estado para acompanhar a atuação de lavadores e guardadores de carros (flanelinhas) e, posteriormente, solicitar as providências cabíveis;

nº 5.026/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública para esclarecer e buscar as providências cabíveis com relação à notícia de prisão em flagrante, ilegal e arbitrária do Subten. PM Anderson Giovane Nogueira Ferreira quando agia em legítima defesa de sua família e de seu patrimônio;

nº 5.027/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a atuação clandestina de lavadores e guardadores de carros (flanelinhas) e solicitar as providências cabíveis;

nº 5.028/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública para reiterar a solicitação de convocação dos candidatos excedentes aos cargos de agente de segurança socioeducativo (Edital Seplag/Seds nº 9/2013), agente de segurança penitenciário (Edital Seplag/Seds nº 8/2013), analista executivo de defesa social, assistente executivo de defesa social e médico (Edital Seplag/Seds nº 7/2013);

nº 5.029/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado à Corregedoria da Polícia Civil pedido de providências para apuração de denúncia de perseguição praticada pelo delegado de Polícia Civil Rodrigo Otoni, lotado na Delegacia de Raul Soares, contra servidores da prefeitura cedidos a essa delegacia;

nº 5.030/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências para a reativação do destacamento policial no Distrito de Marilândia, no Município de Itapeçerica;

nº 5.031/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros do Estado pedido de providências para que seja concedida promoção ao Sd. BM Márcio Egg Pereira Resende, por ato de bravura, em virtude da ocorrência Reds 2016-002497159-001, em 2/2/2016.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Maj. PM Cláudia Herculana Ferreira Glória, 1ª vice-presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, representando o presidente; Cláudia Spranger e Silva Luiz Motta e Janaina de Andrade Dauro, promotoras de justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa dos Direitos Humanos; Sara Quinetti, secretária-geral da Comissão de Assuntos Carcerários da OAB-MG; e os Srs. Ailton Aparecido de Lacerda, delegado e assessor interinstitucional da Polícia Civil, representando o subsecretário interino de Administração Prisional da Secretaria de Estado de Defesa Social; Lucas Zandona, procurador da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, representando o presidente da associação; Cb. PM Berlinque Cantelmo, diretor jurídico da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais, representando o presidente da associação; Fábio Márcio Piló Silva, presidente da comissão de Assuntos Carcerários da OAB-MG; 3º-Sgt. PM Reginaldo Zorzal Dias, Cb. PM Helcio Theodoro de Oliveira Santos, Sd. PM Frederico Santos Gomes e Sd. PM Rodney Campos Nogueira, da 127ª Companhia do 22º Batalhão de Polícia Militar; e 1º-Sgt PM Julio Cesar de Brito O. Soares e Cb. PM Rogerio Felipe Duarte Lopes, da 123ª Companhia do 22º Batalhão de Polícia Militar. O presidente, co-autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais e passa a palavra ao deputado Cabo Júlio, co-autor do requerimento. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de março de 2016.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite – Cabo Júlio – João Alberto.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/2/2016

Às 15h4min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Carlos Arantes, Felipe Attiê, Fábio Avelar Oliveira e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, nos termos do §1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Mariah Brochado Ferreira (9), secretária-adjunta de Casa Civil (13/1/2016 e 18/2/2016), e do Sr. Vitor Valverde, secretário municipal de Governo (4/2/2016). O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.249/2015, em turno único, do qual designou relator o deputado Roberto Andrade. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.818/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.036/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer sejam formulados votos de congratulações com a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – Abih –, pelos 65 anos de sua fundação e seja realizada reunião para entrega do diploma correspondente;

nº 5.037/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública para debater a Resolução nº 543, do Conselho Nacional de Trânsito – Contran –, e a Portaria nº 1.377, do Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG –, publicada em novembro de 2015, que trata da exigência do uso de simuladores de direção dos centros de formação de condutores;

nº 5.038/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para debater o contrato de parceria público-privada celebrado entre o governo do Estado e a Concessionária Nascente das Gerais, referente à concessão para administração da Rodovia MG-050, entre Juatuba e São Sebastião do Paraíso;

nº 5.039/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes e João Leite, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a situação da Usiminas e seu reflexo na economia mineira;

nº 5.040/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater a atual situação da Usiminas, maior produtora de aço da América Latina;

nº 5.041/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos no desenvolvimento econômico do Estado, caso ocorra o seu retorno, da cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF;

nº 5.042/2016, dos deputados Geraldo Pimenta, Celinho do Sinttrocel e Ricardo Faria, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o turismo no Estado como uma das alternativas à crise econômica atual;

nº 5.044/2016, do deputado Fábio Avelar Oliveira, em que requer sejam formulados votos de congratulações com a comunidade de Nova Serrana e com o Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Calçados de Nova Serrana pela realização da 17ª Feira de Calçados de Nova Serrana – Fenova;

nº 5.045/2016, do deputado Bosco, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Minas e Energia para apresentação do plano de operação da FlyWays no Estado;



nº 5.090/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência de convidados para entrega de diplomas relativos a votos de congratulações com a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – Abih – pelos 65 anos de sua fundação.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de março de 2016.

Antônio Carlos Arantes, presidente – Fábio Avelar Oliveira – Roberto Andrade.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/2/2016

Às 16h10min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro e os deputados Antônio Jorge e Arlen Santiago (substituindo o deputado Missionário Marcio Santiago, por indicação da liderança do Bloco Verdade e Coerência), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Jorge, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião ordinária da sessão legislativa.

A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício publicado no *Diário do Legislativo* em 13/1/2016, da Sra. Mariah Brochado Ferreira, secretária-adjunta de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.855/2015.

Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 1.256/2015 (relatora: deputada Ione Pinheiro), 2.809/2015 (relator: deputado Léo Portela) e 2.947/2015 (relator: deputado Leandro Genaro), que receberam parecer por sua aprovação.

Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 428, 1.377, 2.331 e 2.754/2015.

Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 5.043/2016, do deputado Wander Borges, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com as Comissões de Assuntos Municipais e Regionalização, de Segurança Pública, de Saúde e de Defesa do Consumidor e do Contribuinte para debater a realização de festas e eventos denominados *open bar* ou similares, que se caracterizam por terem bebidas liberadas, inclusive alcoólicas, bem como o Projeto de Lei nº 704/2015, que trata desse tema.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de março de 2016.

Antônio Jorge, presidente – Ione Pinheiro – Léo Portela.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/2/2016

Às 9h7min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Arlen Santiago, Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire e Geraldo Pimenta, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Antônio Carlos Arantes, Léo Portela e Antônio Jorge. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a, em audiência pública, debater a previsão de nomeações dos aprovados no concurso público da Secretaria de Estado de Saúde – SES – regido pelo Edital nº 2/2014 e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende



audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Diana Martins Barbosa, presidente da Associação dos Especialistas em Políticas e Gestão da Saúde do Estado de Minas Gerais; e Luzineide Oliveira Mendes, representante dos concursados; e os Srs. André Rodrigues Pereira e Ramon Cruz, representantes dos concursados; e Renato Barros, 2º-secretário do Conselho Estadual de Saúde. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte, que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.732, 4.735 a 4.737, 4.972, 5.069 e 5.070/2016. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 5.048/2016, do deputado Antônio Jorge, em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Santa Luzia, com a finalidade de discutir a assistência hospitalar no município;

nº 5.049/2016, do deputado Elismar Prado, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o tratamento de câncer com a fosfoetanolamina sintética, conhecida como pílula do câncer, no Estado, bem como as medidas adotadas para o desenvolvimento dos estudos visando à disponibilização dessa substância por meio do Sistema Único de Saúde – SUS – à população diretamente interessada;

nº 5.050/2016, do deputado Antônio Jorge, em que solicita seja realizada audiência pública, com a participação de representantes da Superintendência de Assistência Farmacêutica, do Núcleo de Atendimento à Judicialização da Saúde e da Superintendência de Redes de Atenção à Saúde, visando prestar informações sobre o fornecimento de medicamentos e equipamentos e a realização de exames e procedimentos demandados, bem como sobre a proposta de política pública de saúde destinada às doenças raras no Estado;

nº 5.051/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a abertura do Hospital Regional Jaques Gonçalves Pereira, localizado em Cachoeira Escura, no Município de Belo Oriente, e o respectivo convênio de custeio com o Estado;

nº 5.052/2016, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado à Embaixada de Cuba, em Brasília, pedido de informações sobre o número de faculdades de medicina existentes no País e o número de profissionais que concluíram o curso de medicina em seis anos, nos últimos dez anos;

nº 5.053/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada visita ao Hospital Alberto Cavalcanti, localizado no Bairro Padre Eustáquio, em Belo Horizonte, com a finalidade de verificar, *in loco*, notícia de que o 2º andar desse hospital se encontra sem fornecimento de energia elétrica desde o dia 12/2/2016;

nº 5.055/2016, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a data de início do projeto e a licitação da obra do Hospital Regional do Trauma, em Montes Claros;

nº 5.056/2016, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja realizada audiência de convidados com a presença do Sr. Antônio Júlio de Faria, presidente da Associação Mineira de Municípios – AMM –, para debater a situação da saúde no Estado;

nº 5.057/2016, do deputado Antônio Jorge, em que solicita seja realizada visita ao Município de Santa Luzia para verificar, *in loco*, a situação do Samu e do Hospital São João de Deus;

nº 5.058/2016, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado à Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. – Copanor – pedido de providências para dar agilidade ao atendimento nas comunidades de 200 a 5.000 habitantes;

nº 5.059/2016, do deputado Antônio Jorge, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações referente a estudo ou proposta que vise encaminhar a esta Casa projeto para alterar, de forma substancial, o Código de Saúde do Estado de Minas Gerais;



nº 5.060/2016, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a data em que será efetuado o pagamento relativo ao último quadrimestre de 2015 do programa Saúde em Casa;

nº 5.061/2016, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado ao Tribunal de Contas da União, à Controladoria-Geral da União, ao Ministério da Educação, ao Ministério da Saúde, ao Ministério das Relações Exteriores, à Organização Panamericana da Saúde – Opas –, à Organização Mundial da Saúde e à Embaixada dos Estados Unidos da América pedido de informações sobre o número de faculdades de medicina existentes em Cuba e seu número de profissionais;

nº 5.062/2016, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre quais medicamentos foram comprados em 2015 e quais os critérios de sua distribuição, principalmente sobre os de uso contínuo e os de alto custo;

nº 5.063/2016, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja realizada audiência pública com todos os órgãos fiscalizadores do Estado para discutir questões de saúde;

nº 5.064/2016, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja realizada audiência pública com a Ordem dos Advogados do Brasil para discutir questões de saúde no Estado;

nº 5.065/2016, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja realizada audiência pública com a presença do Sr. Gustavo Xavier Ferreira para discutir o programa Especialidades Médicas, a ser lançado pelo governador do Estado;

nº 5.066/2016, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja decretada situação de emergência e calamidade, com o objetivo de o Estado ser contemplado com recursos federais destinados a ajudar na solução dos graves problemas vividos na área da saúde, a exemplo do que fez o governo do Estado do Rio de Janeiro;

nº 5.067/2016, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja realizada visita a um hospital da Rede de Urgência e Emergência do Estado, a ser sorteado aleatoriamente, em uma noite de sexta-feira ou sábado, para acompanhar, *in loco*, o sofrimento dos pacientes que necessitam de atendimento; e sejam convidados o governador do Estado e o secretário de Estado de Saúde;

nº 5.068/2016, do deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o atendimento de urgência e emergência em Montes Claros e nos municípios do Norte de Minas;

nº 5.071/2016, dos deputados Arlen Santiago e Carlos Pimenta, em que solicitam seja realizada visita ao governador do Estado, com a presença de representantes da comissão dos aprovados no concurso de Edital nº 2/2014 da Secretaria de Estado de Saúde, para debater a nomeação dos aprovados;

nº 5.072/2016, dos deputados Arlen Santiago, Carlos Pimenta, Antônio Jorge e Geraldo Pimenta, em que solicitam seja realizada visita ao presidente do Tribunal de Contas do Estado, com a presença de representantes da comissão dos aprovados no concurso de Edital nº 2/2014 da Secretaria de Estado de Saúde, para debater questões orçamentárias relativas à nomeação dos aprovados.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de fevereiro de 2016.

Arlen Santiago, presidente – Carlos Pimenta.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/2/2016

Às 15h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Arlen Santiago, Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire, Glaycon Franco e Geraldo Pimenta, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Doutor

Wilson Batista, Arnaldo Silva e Antônio Jorge. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a discutir e votar proposições da comissão e a debater a criação e implantação de regiões de saúde interestaduais próximas às áreas fronteiriças do Estado de Minas Gerais. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* em 18/2/2016: ofícios da Sra. Maria do Carmo Andrade Filha, secretária substituta da Secretaria Especial de Saúde Indígena; e da Sra. Mariah Brochado Ferreira, secretária adjunta de Estado de Casa Civil. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 528/2015, com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Doutor Jean Freire). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 3.057/2015 (relator: deputado Arlen Santiago), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.660/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.048, 5.049, 5.050, 5.051, 5.052, 5.053, 5.055, 5.057, 5.058, 5.059, 5.060, 5.061, 5.062, 5.064, 5.065, 5.068, 5.069 e 5.072/2016. Submetido a votação, é rejeitado o Requerimento nº 5.067/2016. Em seguida, são adiadas as votações, cada uma por sua vez, dos Requerimentos nºs 5.056, 5.063, 5.066 e 5.071/2016. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende audiência pública. A presidência concede a palavra ao deputado Arnaldo Silva, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de março de 2016.

Arlen Santiago, presidente – Carlos Pimenta.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/2/2016

Às 16h15min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Cristina Corrêa e Ione Pinheiro e o deputado Bosco, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes.

A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 3.098/2015 (relatora: deputada Ione Pinheiro), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.828/216. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.605 e 3.032/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.074/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência de convidados para comemorar os 50 anos do *Suplemento Literário* do *Minas Gerais*;

nº 5.075/2016, do deputado Bosco e das deputadas Cristina Corrêa e Ione Pinheiro, em que requerem seja formulado votos de congratulações com a Comissão Mineira de Folclore, pelos 68 anos de atuação na pesquisa e na promoção do patrimônio cultural do Estado; e

nº 5.076/2016, do deputado Bosco e das deputadas Cristina Corrêa e Ione Pinheiro, em que requerem seja realizada visita à Sala Minas Gerais, no Centro de Cultura Itamar Franco, para acompanhar ensaio da Orquestra Filarmônica de Minas Gerais e conhecer as instalações do referido espaço cultural.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de março de 2016.

Bosco, presidente – Agostinho Patrus Filho – Thiago Cota.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 25/2/2016

Às 10h5min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Elismar Prado, Noraldino Júnior e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão e a apresentar o Relatório de Atividades de 2015 do Procon Assembleia. A presidência convida a tomar assento à mesa o Sr. Marcelo Rodrigo Barbosa, coordenador do Procon Assembleia. Após fazer as considerações iniciais, a presidência concede a palavra aos deputados Sargento Rodrigues e Noraldino Júnior para suas considerações. Logo após, passa a palavra ao convidado, para que faça sua exposição. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de março de 2016.

Elismar Prado, presidente – Sargento Rodrigues – Noraldino Júnior.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/3/2016

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase**(das 16h15min em diante)**

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 145, que dá nova redação ao § 1º do art. 3º da Lei Complementar nº 89, de 12 de janeiro de 2006, que dispõe sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer. Designado relator em Plenário, o deputado Cristiano Silveira opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.827, que proíbe a inauguração e a entrega de obra pública estadual incompleta ou que, embora concluída, não esteja em condições de atender à população. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.893, que autoriza a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig – a doar ao Município de Arcos o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.898, que atualiza o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI – e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.901, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema – e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 16/2015, da deputada Arlete Magalhães e outros, que dá nova redação ao § 1º do art. 60 da Constituição do Estado (Assegura representação proporcional entre deputados e deputadas, assegurando-se ao menos uma vaga para cada sexo na constituição da Mesa e das Comissões na ALMG). A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.230/2016, do governador do Estado, que dispõe sobre a assistência do Estado aos atingidos pela decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.876. (Urgência.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, e da Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

**ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 16/3/2016**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 4.038/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 16/3/2016**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 50/2016, do governador do Estado; Projetos de Lei nºs 238/2015, do deputado Fred Costa; 1.019/2015, do deputado Wander Borges; 1.072/2015, do deputado Sargento Rodrigues; 1.099/2015, do deputado Bráulio Braz; 1.682/2015, do deputado Tony Carlos; 2.745/2015, do deputado Adalclever Lopes; e 3.231/2016, do Tribunal de Justiça.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 16/3/2016**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 16/3/2016**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.174/2016, do governador do Estado; 67 e 197/2015, dos deputados Fred Costa e Noraldino Júnior; 935/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 1.100/2015, do deputado Wander Borges; 1.116/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.122/2015, do deputado Anselmo José Domingos; 1.464/2015, do deputado Noraldino Júnior; 1.473/2015, do deputado Bonifácio Mourão; 1.498/2015, do deputado Rogério Correia; 1.563/2015, do deputado Tiago Ulisses; 1.744/2015, do deputado Anselmo José Domingos; 1.788 e 1.832/2015, do deputado Lafayette de Andrada; 1.853/2015, da deputada Ione Pinheiro; 1.930/2015, do deputado Elismar Prado; 1.997/2015, do deputado Arlen Santiago; 2.046, 2.047 e 2.049/2015, do deputado Inácio Franco; 2.177/2015, do deputado Roberto Andrade; 2.179/2015, do deputado Elismar Prado; 2.288/2015, do deputado Fred Costa; 2.514/2015, do deputado Arlen Santiago; 2.524/2015, do deputado Gilberto Abramo; 2.601/2015, do deputado Anselmo José Domingos; 2.654/2015, do deputado Inácio Franco; 2.669/2015, do deputado Antônio Jorge; 2.690/2015, do deputado Rogério Correia; 2.701 e 2.728/2015, do deputado Antônio Jorge; 2.755/2015, do deputado Isauro Calais; 2.772/2015, do deputado Gustavo Corrêa e outros; 2.789/2015, do deputado Cássio Soares; 2.798/2015, do



deputado Tiago Ulisses; 2.876/2015, do deputado Felipe Attiê; 2.882/2015, do governador do Estado; 2.919/2015, do deputado Léo Portela; 2.962/2015, do deputado Douglas Melo; 2.998/2015, do deputado João Alberto; 3.022/2015, do deputado Antônio Jorge; 3.121/2015, do deputado Arlen Santiago; 3.122/2015, do deputado Sargento Rodrigues; 3.135/2015, do deputado Tito Torres; 3.141/2015, do deputado Thiago Cota; 3.152/2015, do deputado Durval Ângelo; 3.153/2015, do deputado Lafayette de Andrada; 3.166/2015, do deputado Dirceu Ribeiro; e 3.189/2016, do deputado Léo Portela.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 270 e 276/2015, do deputado Inácio Franco; 608/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes; 1.143/2015, do deputado Braulio Braz; 1.664/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.126/2015, do deputado João Leite; 2.183/2015, do deputado Luiz Humberto Carneiro; 2.219/2015, do deputado Léo Portela; 2.221/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel; 2.222/2015, do deputado Nozinho; 2.256/2015, do deputado Antônio Jorge; 2.317/2015, do deputado Vanderlei Miranda; 2.322/2015, do deputado Glaycon Franco; 2.578/2015, do deputado João Alberto; 2.829/2015, do deputado Paulo Lamac; 2.894/2015, do deputado Cássio Soares; 2.979/2015, do deputado Ivair Nogueira; 2.985/2015, da deputada Geisa Teixeira; 2.995/2015, do deputado Fabiano Tolentino; 3.075 e 3.076/2015, do deputado Duarte Bechir; 3.109 e 3.113/2015, do deputado Anselmo José Domingos; 3.128/2015, do deputado Duarte Bechir; 3.131/2015, do deputado Rogério Correia; 3.132/2015, do deputado Fabiano Tolentino; 3.138/2015, do deputado Léo Portela; 3.147 e 3.148/2015, do deputado Hely Tarquínio; 3.150/2015, do deputado Lafayette de Andrada; 3.157/2015, do deputado Thiago Cota; 3.165/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes; 3.177/2016, do deputado Rogério Correia; 3.178/2016, do deputado Anselmo José Domingos; 3.183/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 3.197 e 3.198/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 16/3/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 16/3/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 3.850/2016, da Comissão de Administração Pública.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 16/3/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.



2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública para discutir a implementação da Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, instituída pela Lei nº 20.608, de 2013, segundo a qual, dos recursos destinados à compra institucional de gêneros alimentícios, o Estado aplicará no mínimo 30% na aquisição direta de produtos de agricultores familiares.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 16/3/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 16/3/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DO IDOSO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16H30MIN DO DIA 16/3/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e as 18 horas do dia 16 de março de 2016, destinadas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação dos Vetos à Proposição de Lei Complementar nº 145, que dá nova redação ao § 1º do art. 3º da Lei Complementar nº 89, de 12 de janeiro de 2006, que dispõe sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte; à



Proposição de Lei nº 22.827, que proíbe a inauguração e a entrega de obra pública estadual incompleta ou que, embora concluída, não esteja em condições de atender à população; à Proposição de Lei nº 22.893, que autoriza a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig – a doar ao Município de Arcos o imóvel que especifica; à Proposição de Lei nº 22.898, que atualiza o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI – e dá outras providências; e à Proposição de Lei nº 22.901, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema – e dá outras providências; da Proposta de Emenda à Constituição nº 16/2015, da deputada Arlete Magalhães e outros, que dá nova redação ao § 1º do art. 60 da Constituição do Estado; e do Projeto de Lei nº 3.230/2016, do governador do Estado, que dispõe sobre a assistência do Estado aos atingidos pela decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.876; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 15 de março de 2016.

Adalclever Lopes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Agropecuária e Agroindústria e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Nos termos regimentais, convoco os deputados Emidinho Madeira, Inácio Franco, Nozinho e Rogério Correia, membros da Comissão de Agropecuária e Agroindústria; e a deputada Marília Campos e os deputados Cássio Soares, Inácio Franco, Dilzon Melo e Iran Barbosa, membros da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para a reunião a ser realizada em 16/3/2016, às 10h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de, em audiência pública, debater os danos ambientais e patrimoniais que a possível instalação de um aterro sanitário na comunidade de Quilombo, no Município de Divinópolis, causaria às comunidades de Quilombo, Choro e Costas, entre outras, e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 15 de março de 2016.

Fabiano Tolentino, presidente.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde

Nos termos regimentais, convoco os deputados Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire, Glaycon Franco e Ricardo Faria, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 16/3/2016, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater, com o Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais – IPSM –, possíveis irregularidades em relação à não liberação de órteses, próteses, medicamentos, dietas e demais tratamentos médicos aos segurados da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar, pensionistas e dependentes; e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 15 de março de 2016.

Arlen Santiago, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde

Nos termos regimentais, convoco os deputados Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire, Glaycon Franco e Ricardo Faria, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 17/3/2016, às 9 horas, em Januária, com a finalidade de,



em audiência pública, debater as dificuldades relativas ao atendimento hospitalar de urgência e emergência no município e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 15 de março de 2016.

Arlen Santiago, presidente.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Barragens

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados Rogério Correia, João Magalhães, Bonifácio Mourão, Cássio Soares, Celinho do Sinttrocel, Gil Pereira, Gustavo Corrêa, Gustavo Valadares e Thiago Cota, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 17/3/2016, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência de convidados, debater as consequências do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco Mineração, no Município de Mariana.

Sala das Comissões, 15 de março de 2016.

Agostinho Patrus Filho, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.514/2015

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do deputado Arlen Santiago, o projeto de lei em tela, decorrente do desarquivamento do Projeto de Lei nº 1.705/2011, “dispõe sobre a obrigatoriedade de os cartórios que prestam serviços notariais informarem ao Detran-MG a transferência de propriedade de veículos, no ato do reconhecimento das firmas do vendedor e do comprador apostas no Certificado de Registro de Veículo”.

Publicada no *Diário do Legislativo* em 11/7/2015, foi a proposição distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Em cumprimento ao disposto no art. 173, § 2º, do Regimento Interno, a esta proposição foram anexados os Projetos de Lei nºs 2.628/2015, também do deputado Arlen Santiago, e 2.629/2015, do deputado Roberto Andrade, que contêm objeto semelhante ao propugnado pela proposição em estudo.

Vem agora o projeto a esta comissão, para receber parecer quanto aos aspectos de sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do disposto no art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise obriga os cartórios notariais a comunicarem ao Detran-MG a transferência de propriedade de veículos no ato do reconhecimento das firmas do vendedor e do comprador, apostas no Certificado de Registro de Veículo – CRV.

É sabido que, por vezes, após ser realizada a alienação de veículo, o adquirente deixa de efetuar a devida transferência nos órgãos de trânsito. Ao persistir o nome do antigo proprietário no banco de dados do Estado, eventuais ônus relativos ao veículo – tais como impostos e multas – são-lhe atribuídos até posterior comprovação da alteração da titularidade.

A Lei Federal no 9.503, de 23 de setembro de 1997, instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, o qual contém normas que visam a coibir a inércia dos envolvidos no que se refere à comunicação da alteração da titularidade da propriedade do veículo aos órgãos públicos. O art. 123 do citado diploma legal assim determina:

“Art. 123 – Será obrigatória a expedição de novo Certificado de Registro de Veículo quando:

- I – for transferida a propriedade;
- II – o proprietário mudar o Município de domicílio ou residência;
- III – for alterada qualquer característica do veículo;
- IV – houver mudança de categoria.

§ 1º – No caso de transferência de propriedade, o prazo para o proprietário adotar as providências necessárias à efetivação da expedição do novo Certificado de Registro de Veículo é de trinta dias, sendo que nos demais casos as providências deverão ser imediatas.”.

Cumprido ressaltar, ainda, o art. 134 do mesmo Código:

“Art. 134 – No caso de transferência de propriedade, o proprietário antigo deverá encaminhar ao órgão executivo de trânsito do Estado dentro de um prazo de trinta dias, cópia autenticada do comprovante de transferência de propriedade, devidamente assinado e datado, sob pena de ter que se responsabilizar solidariamente pelas penalidades impostas e suas reincidências até a data da comunicação.”.

Assim, a norma contida na proposição em análise corrobora os comandos previstos na legislação federal em vigor.

Conclusão

Com base no exposto, concluímos pela constitucionalidade, juridicidade e legalidade do Projeto de Lei nº 2.514/2015.

Sala das Comissões, 15 de março de 2016.

Leonídio Bouças, presidente e relator – Antônio Jorge – Bonifácio Mourão – Isauro Calais – Luiz Humberto Carneiro.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.745/2015

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De autoria do deputado Adalclever Lopes, o projeto de lei em epígrafe dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Lavras.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, por ela apresentada.

Agora, vem a proposição a este órgão colegiado a fim de receber parecer quanto ao mérito, conforme dispõe o art. 188, combinado com o art. 102, XII, alíneas “a” e “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.745/2015 determina, em seu art. 1º, a desafetação do trecho da Rodovia MG-354, com extensão de 1,7 km, compreendido entre a Avenida Bueno da Fonseca e a Rua Mamante Vitorino até a localidade denominada Subestação Experimental da Epamig. No art. 2º, autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Lavras, para que passe a integrar o perímetro urbano, como via pública. Estabelece, ainda, no art. 3º, a reversão do bem ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista.



A Comissão de Constituição e Justiça, em sua análise preliminar, destacou que o prefeito do Município de Lavras, por meio do Ofício nº 528/2015, declarou que o referido trecho possui “condomínios residenciais, indústrias e comércio, que o transformaram, de fato, em uma avenida”. Assim, com a transferência de domínio, a administração local poderá tomar as providências necessárias para maior segurança dos transeuntes.

Destacou também que a Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais encaminhou a esta a Casa a Nota Técnica Jurídica nº 758, da Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas – Setop –, responsável pela política estadual de transportes, e a nota técnica do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG –, órgão responsável pela construção, gestão, manutenção e operação das rodovias estaduais, de 26/8/2015, em que os dois órgãos se declaram favoráveis à pretensão do projeto em exame. Entretanto, esses órgãos solicitam que o trecho a ser desafetado seja estendido até o entroncamento com a Rodovia LMG-506, totalizando 2,8 km de extensão, tendo em vista a previsão de implantação de condomínios habitacionais nesse segmento. Assim, com o intuito de acatar essa solicitação e para corrigir o código da rodovia, a comissão apresentou a Emenda nº 1, que dá nova redação ao art. 1º da proposição.

Cabe esclarecer que o projeto de lei é autorizativo, ficando à discricionariedade do Poder Executivo efetivar tal doação. Se ela for efetivada, o trecho passará para a jurisdição municipal, sendo inserido no perímetro urbano, e caberá ao município a responsabilidade por sua manutenção e conservação.

Como bem ressaltou a Comissão de Constituição e Justiça, a doação do trecho da rodovia não implica alteração na natureza jurídica do bem público, que voltaria a ser afetado com a utilização do percurso como via urbana. A modificação incide apenas sobre a titularidade do imóvel, que passará a integrar o domínio público municipal.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.745/2015, no 1º turno, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 15 de março de 2016.

Deiró Marra, presidente e relator – Celinho do Sinttrocel – Anselmo José Domingos.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.231/2016

Comissão de Administração Pública

Relatório

O Projeto de Lei nº 3.231/2016, de autoria do Tribunal de Justiça, “reajusta os vencimentos dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais”.

No seu exame preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Compete agora a esta comissão, nos termos do art. 102, I, do Regimento Interno, examinar o mérito da proposição.

Fundamentação

A proposição em análise tem o objetivo de promover a revisão geral anual dos servidores do Tribunal de Justiça.

Inicialmente, é necessário dizer que a proposição, tal como foi encaminhada pelo autor, menciona impropriamente que seu objeto versa sobre o reajuste da remuneração dos servidores do Judiciário mineiro. Em tempo, o Tribunal de Justiça encaminhou ofício a esta Casa solicitando a retificação do texto do projeto, consistente na alteração do termo “reajuste” para “revisão”.



Ressalte-se, por oportuno, que não se trata de uma alteração meramente terminológica, mas, sim, de modificação que impacta diretamente no deslinde da matéria, uma vez que a Lei de Responsabilidade Fiscal, a LRF, Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, traz restrições ao reajuste que não se aplicam à revisão.

A propósito disso, a Comissão de Constituição e Justiça, ao realizar o seu exame preliminar de juridicidade, constitucionalidade e legalidade, enfrentou o tema e, a fim de corrigir a citada impropriedade técnica, apresentou o Substitutivo nº 1, o qual, também, realizou pequenas alterações no texto do projeto com a finalidade de adequá-lo à técnica legislativa. Ressaltamos que o substitutivo elaborado pela Comissão de Constituição e Justiça contou com importante contribuição do corpo técnico do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que prestou esclarecimentos sobre a matéria.

No que diz respeito aos aspectos de mérito, sobre os quais esta comissão deve se manifestar, verificamos que o projeto tem o propósito de valorizar as carreiras do Poder Judiciário estadual, mediante a preservação do valor real dos vencimentos dos seus servidores. Nesse sentido, o projeto densifica o preceito insculpido no art. 37, X, da Carta da República, segundo o qual:

“a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices”.

Cumpre-nos ressaltar que os aspectos atinentes à responsabilidade fiscal também se encontram devidamente aclarados, podendo, no entanto, receber algum aprofundamento na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Registre-se, por derradeiro, que o Tribunal de Justiça encaminhou documento que mostra o impacto financeiro da medida no seu orçamento.

Conclusão

Em vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.231/2016 na forma do Substitutivo nº 1 aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 15 de março de 2016.

João Magalhães, presidente – Gustavo Corrêa, relator – Professor Neivaldo – Cabo Júlio.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 9/3/2016

O deputado Arnaldo Silva* – Presidente, nobres colegas deputados, mais uma vez ocupo a tribuna para trazer assuntos de extrema importância para toda a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Vou abordar alguns pontos relativos à área da educação, mas, antes, quero manifestar o meu total descontentamento com a postura lamentável com que este parlamentar foi recebido por algumas diretoras da querida cidade de Prata, próximo a Uberlândia.

Recebemos uma orientação nesta Casa, inclusive do deputado Durval Ângelo, nosso líder de governo, de que, ao final do ano, com os recursos que estavam sendo liberados para a reforma e a ampliação de escolas estaduais – recursos esses muito bem-vindos e importantes do programa Escola Sustentável –, os parlamentares visitassem as escolas, comunicassem a realização desse programa e explicassem quais são as suas diretrizes. Na semana passada, este parlamentar se dirigiu à cidade do Prata para visitar as escolas estaduais que estão recebendo os recursos do governo do Estado. Só que, lamentavelmente, recebemos o comunicado de que as escolas estaduais Professor Valentim e Noraldino Lima, representadas pelas diretoras Silma Aparecida da Silva e Marci, não nos receberiam. A indignação é tão grande porque o parlamentar tem como prerrogativa o poder de fiscalização, inclusive do funcionamento dessas escolas estaduais.



Pasmem, deputados! Fomos impedidos e não fomos recebidos na visita a essas escolas. Não quero acreditar na resposta que me foi dada. Dirijo-me ao deputado Professor Neivaldo, da base do governo estadual, que está aqui e tem uma extrema relação com a Superintendência Regional de Ensino em Uberlândia. O não recebimento foi justamente por orientação do superintendente, dessa superintendência. O que nos causou espanto maior foi que, logo após essa comunicação, fomos recebidos tão somente por uma escola estadual, pela Escola Estadual Coronel Pedro Nery. A diretora Patrícia nos recebeu muito bem, abriu as portas e nos mostrou o que está pretendendo fazer, e o que está sendo elaborado nessa escola. Depois da nossa visita à escola, ela foi repreendida pela assessora do superintendente regional de ensino. Aliás, deputado, que também faz parte da base de apoio do governo e está aqui colaborando com os trabalhos, já levei esse assunto ao conhecimento, imediatamente, do Líder Rogério Correia e, hoje, do Sr. Odair Cunha, secretário de governo. É lamentável.

Deputado Sargento Rodrigues, estamos sendo atingidos nas prerrogativas do mandato, não podendo exercer o papel de fiscalizadores. Se um deputado estadual não é recebido, ou melhor, não pode visitar uma escola estadual no Estado de Minas Gerais, podemos “largar mão”. Tenho certeza de que o governador do Estado não tem ciência disso, de que esse caso não chegou ao conhecimento dele.

Lamentavelmente não é essa a postura que esta Casa merece nem a forma de conduta que esperamos de um diretor de escola. Nem estenderei isso ao superintendente, porque também não quero acreditar que tenha ali a sua posição em relação a essa situação.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte) – Quero cumprimentar V. Exa., porque, quando um deputado é afrontado no exercício da sua atividade, não podemos ter outra reação, não há como. Agora, se V. Exa. ainda não fez um requerimento convocando a diretora e o superintendente, já está atrasado. V. Exa. tem de convocar, e o PT nesta Casa aderir à convocação, porque isso é uma afronta ao exercício do seu mandato e, por tabela, afeta todos os seus pares. Aqui não existe isso, esse negócio de convocar um secretário de Estado e este dizer que não vem. Secretário não tem de dizer que não vem. Se V. Exa. e esta Casa têm o poder e dever de convocar secretário de Estado, não será uma diretora.... Ainda bem que não foi com este parlamentar. V. Exa. poderia ter, inclusive, acionado a viatura da Polícia Militar, por estarem impedindo-o de exercer a atividade fiscalizadora.

E aí, sim, com a Polícia Militar, V. Exa. iria chamar a diretora para que ela fosse, inclusive, conduzida. Porque isso é um desrespeito. A ação de V. Exa. é legal, e, se ela desobedeceu a uma ordem legal, incorreu em crime de desobediência. Ao não acatar a ordem para abrir o portão da escola, para que V. Exa. ou a comissão de deputados, ou que fosse V. Exa. apenas, exercesse sua atividade, a diretora incorreu em crime, sem falarmos das faltas disciplinares previstas no estatuto de pessoal dos servidores públicos.

Portanto, V. Exa. apresente o requerimento. Tenho certeza de que os deputados da oposição estarão lá para ajudá-lo a aprovar o requerimento de convocação. Agora, caso eles entendam que não, V. Exa. convide a secretária de Estado, convide a secretária de Educação para que ela venha prestar esclarecimentos sobre como está instruindo suas diretoras e diretores. Ou então, deputado, V. Exa. pode pegar a sua carteira de deputado e jogar na lata de lixo. Pode entregar o mandato de V. Exa. e enterrá-lo numa lata de lixo, porque não vai servir para mais nada. Porque a principal função que temos hoje no Parlamento é fiscalizar, e V. Exa. foi tolhido exatamente em uma das funções primordiais que exerce no mandato.

O deputado Arnaldo Silva* – Muito obrigado, deputado Sargento Rodrigues. Pode ter certeza de que não abriremos mão, de forma alguma, de exercer na plenitude todas as nossas prerrogativas, tanto é que assim fizemos durante toda a nossa vida profissional na qualidade de advogado, ao nos depararmos com várias situações em que não são respeitados os nossos direitos profissionais e aqui, no caso, as nossas prerrogativas funcionais como deputado.

O deputado João Vítor Xavier (em aparte)* – Quero me solidarizar com V. Exa., mas, acima de tudo, fazer coro com a sua indignação. É inaceitável que um deputado no exercício do seu mandato não seja recebido num próprio público. V. Exa. não estava lá em espaço político-partidário. V. Exa. não estava lá em disputa eleitoral: V. Exa. estava lá exercendo o seu mandato. Quem dera todos os parlamentares do nosso país tivessem a preocupação que demonstra V. Exa. de acompanhar



de perto, *in loco*, a situação das escolas em nosso estado e em nosso país. É revoltante, é inaceitável que um membro do Parlamento, no exercício das suas funções, seja tolhido em sua capacidade e sua obrigação fiscalizadora. V. Exa. estava ali cumprindo uma obrigação do seu mandato, com 50 mil mineiros e mineiras que lhe deram esse mandato, ao qual V. Exa. faz jus e exerce por merecimento.

Conte com o apoio de seus companheiros nesta Casa. Coloco-me à disposição para participar de qualquer ação e de qualquer movimento, do que V. Exa. necessitar. Não apenas em nome do seu mandato, não apenas em nome dos 50 mil mineiros que trouxeram V. Exa. a esta Casa, mas em nome dos alunos, de cada cidadão e de cada cidadã da cidade do Prata, que merecem ter um deputado os representando e discutindo as questões locais. Não podemos continuar aceitando que os espaços de poder neste país sejam partidarizados, divididos como fatia de *pizza* para cada um ter o seu quinhão. Esse espaço não pertence nem a esse superintendente nem a quem o indicou.

Tenho convicção, tal como V. Exa. disse, de que o governador Fernando Pimentel não tem ciência dessa questão. Quero aqui também dizer: isso não combina com a secretária de Educação, Macaé Evaristo. Somos de partidos diferentes, temos posições políticas e ideológicas diferentes, mas, pessoalmente, nutro profunda admiração pela secretária Macaé, conheço-a desde que era secretária de Educação no Município de Belo Horizonte. Tivemos divergências ideológicas à época. Não concordava com o modelo educacional implantado aqui em Belo Horizonte, não achava que era o melhor para a cidade, mas tenho por ela admiração pessoal e reconheço sua capacidade. Tenho a convicção de que a secretária Macaé não coaduna com uma postura como essa. É uma mulher do diálogo, é uma mulher do respeito, é uma mulher da construção, uma mulher que tem uma vida sofrida e construída com base em muita luta e muito diálogo.

Então quero fazer o meu apelo para que a secretária Macaé não permita que alguns membros da sua equipe ajam de maneira não consoante sequer com a sua maneira de agir. Isso não reflete o que é a história e a biografia da secretária Macaé, por quem nutro respeito e admiração pessoal, apesar das diferenças e divergências político-partidárias e até mesmo ideológicas com relação ao currículo educacional que foi implantado na cidade de Belo Horizonte. Isso não combina com ela, não combina com a democracia e com esta Casa, e V. Exa. terá por parte de todos nós a solidariedade para que exerça o seu mandato e cumpra o seu papel.

Parabéns pela atitude de buscar o melhor para a cidade e para a educação e por trazer essa questão ao Plenário. Conte conosco.

O deputado Arnaldo Silva* – Muito obrigado, deputado João Vítor Xavier, pelo aparte e pela solidariedade no caso específico.

O deputado Felipe Attiê (em aparte) – Sr. Presidente, caro deputado Arnaldo Silva, quero me solidarizar com V. Exa., que, no exercício de seu mandato, foi impedido de entrar em uma escola estadual no Município de Prata.

Estamos vivendo em Minas Gerais um tempo em que grupos ou grupelhos políticos e ideológicos que se infiltram no sindicato dos professores, o Sind-UTE, querem dominar as escolas. Lá em Uberlândia, deputado Arnaldo Silva, ofereci uma verba para uma escola; mas, como não sou vermelho e não tenho estrela no peito, não milito na turma, a escola não quis a verba. Inventaram que um dia, em meu programa particular Curtir é Viver, que doa alimentos, eu ia dar uma televisão, e eles não ganharam a televisão. Inventaram tudo quanto é confusão para não receber uma emenda parlamentar deste deputado para a escola. Vocês acreditam? Isso aí é gente instruída. A educação precisa ser mais técnica, mais profissional.

Sempre fui contra utilizar escola como espaço de dominação política, ideológica, partidária. Esse sindicato que fica com isso, montando esses grupelhos, esse povo que está aí praticamente infiltrado em todas as instituições, naquele processo da revolução permanente, marxista, leninista, esses aí, deputado João Leite, é que estão lá. Não querem a subvenção social, não exigem nada. Ofereci verba para várias escolas, e uma das escolas estaduais boas de Uberlândia não quis, porque não havia aqui a estrela no peito. Aqui é deputado de oposição ao governo.



O senhor é da base do governo. Isso é uma vergonha. Está na Constituição Mineira a garantia que os deputados têm, como representantes e fiscais do povo, deputado Arnaldo Silva, da livre entrada nas escolas para ver as suas condições de funcionamento, e tudo dentro da lei e da ordem, que é o que V. Exa. apresentou. É lamentável o fato de este governo, que se diz democrático, que faz eleição de direção de escola e tudo mais, receber deputados da sua base dessa forma. Na verdade, também V. Exa. não tem estrela no peito; então, talvez não seja bem recebido. Será que agora só será bem recebido quem tem estrela?

Somos contrários a isso. Fica aqui a nossa solidariedade. Convoque a diretora e a própria secretária, para que possamos saber quando poderemos fiscalizar os telhados e as condições de funcionamento da escola, conversar com os professores e ouvir dos nossos clientes, que são os alunos dessas escolas, as suas reclamações e necessidades.

Parabéns, deputado, por vir aqui denunciar essa injustiça feita com V. Exa. Conte com o nosso apoio.

O deputado Arnaldo Silva* – Muito obrigado, deputado Felipe Attiê.

Já caminhando para o encerramento, Sr. Presidente, só quero deixar o registro aqui de que a Escola Estadual Noraldino Lima, lá de Prata, durante muitos anos teve um trabalho voluntário feito por um jovem, o Nelo, que desenvolvia ali o projeto Vôlei Jovem, destinado a acolher crianças e adolescentes para o vôlei. A partir do momento em que a diretora atual assumiu, esse projeto foi cancelado, abortado e sua realização proibida. E trata-se de um projeto que tira as pessoas da ociosidade, tira as pessoas das ruas, de envolvimento inclusive com as drogas, para um trabalho no esporte, na linha de atuação da educação em Minas Gerais, que sempre foi o compartilhamento das estruturas educacionais das escolas com a comunidade.

Então fica aqui também o nosso registro em relação ao papel que foi desempenhado, nessa conduta lamentável, pelas diretoras aqui já citadas, mas também em relação a esse cancelamento, esse impedimento de se realizar o projeto Vôlei Jovem naquela escola, como vinha sendo realizado.

Muito obrigado, Sr. Presidente e caros colegas deputados.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Ricardo Faria* – Boa tarde, presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha pela TV Assembleia e imprensa.

Sr. Presidente, gostaria de fazer dois registros. Ocupo esta tribuna para dizer que o Estado vem convivendo, desde o início do ano, com uma verdadeira epidemia da dengue, chikungunya e zika. Esta Casa não tem se furtado a fazer esse debate. Na última semana, realizamos uma grande audiência pública para tratar desse tema, que tem vitimado vidas do povo de Minas Gerais e tem comprometido muito a assistência da saúde no nosso estado. Tivemos a presença do representante do Estado, secretário Fausto. Foi feita uma belíssima explanação. Sabemos do conjunto de esforços do Estado para vencer o problema da dengue, com investimentos da ordem de quase quarenta milhões para dar suporte aos municípios, às Secretarias Municipais de Saúde.

Sabemos, Sr. Presidente, que qualquer ação de combate ao mosquito da dengue permeia três eixos: primeiro, o eixo epidemiológico. É fundamental que ocorram as notificações. Sabemos que existem casos de subnotificações e de hipernotificações. Mas é fundamental, do ponto de vista epidemiológico, que a gente avance nessa agenda, porque são, justamente, as notificações que permitem um planejamento para concentrarmos esforços nas áreas onde identificamos um número maior de população atingida pelo mosquito da dengue.

O outro eixo importante é o da mobilização social, ou seja, a participação popular. Aproveitamos para reafirmar esse compromisso com a sociedade mineira, porque é fundamental que cada um faça a sua parte. Sabemos que 80% dos focos do mosquito encontram-se dentro das residências. O Estado tem feito a sua parte, como também a Assembleia, mobilizando a população perante esse protagonismo tão necessário no combate ao mosquito.

Por fim, Sr. Presidente, o eixo fundamental, o eixo assistencial, que diz respeito à linha de cuidado do tratamento do doente, porque, uma vez a dengue instalada, é dever do Estado ter condições para o tratamento desse doente. Aí gostaria, é



por esse motivo que estamos aqui, de pedir mais investimentos para essa linha de cuidados. Sabemos que o doente da dengue, zika e chikungunya vai parar na unidade de pronto-atendimento, deputado Geraldo Pimenta, e esse serviço já está muito demandado e sobrecarregado pela população. Percebemos filas de espera de 10, 15 horas, até mais, para serem atendidos.

Talvez uma estratégia importante seja a criação dos pontos de hidratação, ou seja, estruturas que podem ser criadas, inclusive, no ambiente das unidades de pronto-atendimento para que a gente possa dar uma resposta. Mas, para isso, os municípios – e sabemos da dificuldade que enfrentam, pois são poucos os recursos – não têm condições de disponibilizar essa estrutura. Então apelamos ao Estado para que viabilize isso.

No momento da audiência, apresentamos alguns requerimentos do ponto de vista prático para dar celeridade à criação dessas portas de enfrentamento ao mosquito da dengue: a utilização dos consórcios, a utilização das fundações, para, por exemplo, contratação de recursos humanos, e a contratação de mais insumos para dar sustentação a essas portas de enfrentamento à dengue. Esse é um registro que quero deixar aqui, esse apelo ao secretário Fausto, para que a gente possa ter mais recursos no eixo assistencial e para que a gente possa cuidar mais desse doente.

O segundo ponto, Sr. Presidente, que gostaria de trazer – e me dirijo aos nossos queridos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha – é que, hoje, pela manhã, tivemos uma reunião muito proveitosa com o consórcio intermunicipal de saúde dos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha e tratamos de diversos temas. Esse consórcio tem uma capacidade instalada e uma série histórica assistencial fundamental e vital para a saúde daquela população, um território de saúde que abrange quase meio milhão de pessoas. Discutimos, naquele momento, a criação do centro de especialidades médicas – CEM. O governador Fernando Pimentel percorreu o Estado e disse que era fundamental reforçarmos a assistência na atenção especializada. Saímos de lá com esse encaminhamento do secretário Fausto para que, na perspectiva do consórcio intermunicipal de saúde, fosse criado ali o CEM. Não uma nova estrutura, mas aproveitaremos a capacidade já instalada, dotada de uma gestão qualificada, de uma assistência muito potente e também muito qualificada, que já tem prestado relevantes serviços àquela população.

Estivemos reunidos lá nesta manhã. Foram 26 prefeitos presentes, quase todos signatários desse consórcio, para discutir esse tema. Contamos também com a presença do secretário executivo do consórcio, Paulo Coimbra. Então gostaria de anunciar essa boa nova, esse entendimento da Secretaria de Saúde, para que a gente possa levar aos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha essa perspectiva da criação desse centro de consultas especializadas, que entendemos ser fundamental e vital para aquela população.

Encerro aqui as minhas palavras. Sr. Presidente, eram esses dois registros que queria fazer. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Glaycon Franco* – Sr. Presidente, demais deputados, público – que nos acompanha pelas galerias e pela TV Assembleia, não poderia deixar de manifestar o meu sentimento, a minha sensibilidade ao que está acontecendo no País e no nosso Estado de Minas Gerais em relação às endemias, que já se transformaram em epidemias, da dengue, da febre chikungunya e da zica.

Sabemos que o próprio clima do Brasil propicia a proliferação do inseto *Aedes aegypti*. O clima no Brasil é predominantemente quente e úmido. Isso facilita a propagação, facilita essa situação que nos entristece muito. O Brasil é um país de dimensões continentais. Nosso Estado de Minas Gerais também tem a dimensão de país, com várias regiões com características diferentes. As endemias e as epidemias crescem com dimensões assustadoras, principalmente quando há problemas de saneamento básico, quando envolve questões públicas que infelizmente não avançaram em nosso país e, em especial, em nosso estado.

Na Comissão de Saúde, estamos realizando vários debates capitaneados pelo nosso presidente, Dr. Arlen Santiago. Já fizemos algumas audiências. Hoje vamos discutir o assunto novamente. Numa oportunidade que tivemos de nos encontrar com



o governador, em Ubá, num evento da saúde, eu e nosso amigo, deputado Antônio Jorge, se não referênciamos, um dos grandes secretários de Saúde que nosso estado já teve, solicitamos a isenção do ICMS de repelentes e inseticidas porque sabemos que essas são ferramentas que temos em mãos que podem trazer mais tranquilidade às nossas gestantes, às nossas crianças, aos nossos idosos, que são as populações mais afetadas e mais vulneráveis. Esse requerimento foi encaminhado e aprovado pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, com louvor, por todos os deputados.

Isso já está sendo feito, Sr. Presidente, no Rio de Janeiro. A bancada feminina de lá conseguiu reduzir o ICMS do repelente de 19% para 7%. No Maranhão, um deputado do PV, Edilázio Júnior, já entrou com esse mesmo requerimento, essa mesma solicitação. Já está sendo estudada essa isenção do ICMS. No Mato Grosso, o presidente da Assembleia Legislativa já entrou com pedido de isenção de ICMS. Sabemos que os repelentes têm um preço que não é acessível, principalmente para a camada da população mais atingida por essas epidemias.

Estamos nessa luta. Aguardamos o retorno do governo do Estado e do nosso secretário de Saúde, para que possam se sensibilizar com essa causa, com esse pedido. Com certeza, essa será uma ferramenta que trará mais tranquilidade à nossa população, principalmente à população mais carente e, conseqüentemente, mais atingida pela epidemia.

Conclamo os nossos líderes. Nessa conversa informal com o governador, percebemos que ele se sensibilizou, mas precisamos avançar mais. Sabemos que o problema é sério. Ainda não temos vacinas. Os sintomas são muito semelhantes. Algumas ocorrências são muito graves. No caso da zika, temos a microcefalia. Temos a síndrome neurológica de paralisia, que é a síndrome de Guillain-Barré. Eu, como médico, vi poucos casos, mas hoje essa síndrome tem aparecido muito e deve ter relação com a zika.

Quanto à dengue, já temos alguns casos mais sérios que causam hemorragia. Temos casos de dengue hemorrágica, inclusive com óbitos. Fazemos um alerta às pessoas para que procurem a sua assistência médica diante de qualquer sintoma, como febre, dor no corpo, manchas na pele, indisposição. Nesses casos, temos de procurar assistência médica. Além disso, esses casos têm de ser notificados para que possamos vencer essa guerra que assola nosso estado e nosso país.

Com a palavra, nosso presidente da Comissão de Saúde, deputado Arlen Santiago.

O deputado Arlen Santiago (em aparte)* – Deputado Glaycon Franco, queria justamente parabenizar o senhor, esse grande médico que luta tanto por Conselheiro Lafaiete. Como presidente da Comissão de Saúde, quero agradecer a participação sensata e correta de V. Exa., trazendo temas importantes, sempre dedicado à luta pela população. De maneira que gostaria que o senhor recebesse aqui a minha homenagem por seu grande trabalho nesta Casa, desde o outro mandato.

Muito obrigado pelo tratamento que o senhor nos deu no dia em que, por sua convocação, estivemos na nossa querida Conselheiro Lafaiete a fim de permitir a sua ação no sentido de resolver os problemas do hospital regional. Agora, queremos estar juntos lutando para que o governo atenda aquela população e, especialmente, o senhor. Parabéns pelo grande trabalho e pelo tanto que tem lutado pela população de Minas Gerais, pela classe médica e pelos hospitais que estão sendo sucateados com a baixa remuneração do SUS, mas, principalmente, parabéns por seu bom senso, equilíbrio e maneira com que, muitas vezes, tem-nos orientado na Comissão de Saúde. Parabéns. Conselheiro Lafaiete, com certeza, tem orgulho de ter um filho como V. Exa., e eu, o de poder ser seu companheiro médico e parlamentar.

O deputado Glaycon Franco* – Obrigado, deputado Arlen Santiago. As oportunidades são poucas na vida, e não podemos deixar de agradecer. Graças ao apoio do deputado Arlen Santiago, presidente da Comissão de Saúde, fizemos uma grande audiência pública na minha querida cidade natal, Conselheiro Lafaiete, e conseguimos sensibilizar o seu Poder Legislativo e também o prefeito para que nosso hospital – que a princípio seria municipalizado – fosse doado ao Estado a fim de as obras terminarem – já estamos com 86% das obras encaminhadas. Tenho muito orgulho de representar o Território das Vertentes, e precisamos terminar o grande hospital regional de Conselheiro Lafaiete a fim de trazer acalento, sossego e, principalmente, atendimento digno às famílias do Alto Paraopeba e do Vale do Piranga. É o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.



O deputado Professor Neivaldo* – Boa tarde a todas e a todos. O que me traz aqui nesta tarde está relacionado aos acontecimentos do nosso país, principalmente a Operação Lava Jato e o que ocorreu com o nosso ex-presidente Lula na última sexta-feira. Primeiro, é importante salientar, deputado Gustavo Corrêa, que ninguém é contra a Lava Jato. É importante dizer que existem efeitos positivos da operação, como, por exemplo, o que diz respeito aos cofres públicos, ao combate à corrupção. Desde 2014, as investigações da Polícia Federal, com a chancela – é bom dizer isso claramente – do governo Dilma, foram responsáveis pela recuperação de R\$200.000.000,00 em impostos para o Tesouro Nacional. Esse montante foi pago à Receita Federal por pessoas e empresas citadas na investigação a partir de março de 2014, quando passaram a promover retificação espontânea de declarações de Imposto de Renda, após notificação da Receita Federal. Os autores do pagamento já estavam sob monitoramento da Receita Federal em 198 procedimentos fiscais.

É importante dizer porque não vemos ninguém ressaltando isto: durante o governo da presidenta Dilma, a Polícia Federal alcançou seu recorde de operações e detenções.

Com o apoio do Poder Executivo, o total de valores sob investigação foi de R\$19.200.000.000,00 somente em 2014, quando ocorreu a última mediação. O valor equivale a mais de 2/3 do orçamento do Bolsa Família e quase o dobro do inicial previsto para o Fundo de Financiamento Estudantil – Fies. Nesse mesmo período, os prejuízos evitados pela Polícia Federal somaram mais de R\$2.800.000.000,00, e a apreensão de bens e valores ultrapassou R\$3.300.000.000,00, valor que, após o leilão, poderá retornar aos cofres públicos com correção positiva.

É bom deixar claro que quando subimos a esta tribuna para defender o ex-presidente Lula, a presidenta Dilma e o governo federal não estamos dizendo, em momento algum, que somos contra a Lava Jato. Mas sempre digo que pau que bate em Chico também tem de bater em Francisco. Achamos que o que aconteceu com o presidente Lula na última sexta-feira foi uma agressão ao Estado de Direito, que atinge toda a sociedade. A ação foi arbitrária e injustificada. Nada justifica o mandado de condução coercitiva contra o ex-presidente, que colabora com a Justiça. Aí fica a nossa preocupação. Muitos sobem a esta tribuna, falam do ex-presidente Lula e dizem ser contrários à corrupção. Muitos deputados da oposição estão subindo a esta tribuna e chamando a população para estar nas ruas contra a corrupção no dia 13. Deputado Cristiano, quero saber qual será o lema do dia 13. Quero saber se realmente nós faremos um debate sério contra a corrupção, se colocaremos claramente na mesa o que acontece neste país. Quero saber se falarão nas ruas quem era o cara chato que cobrava propina da UTC. Não era o presidente Lula. Esse cara chato tem nome: Aécio Neves. Eu quero saber quem recebia 1/3 das propinas de Furnas.

Hoje pela manhã, ouvi alguém falar de Furnas. Quem recebia 1/3 das propinas de Furnas? Aécio Neves. E as pessoas sobem aqui, falam, falam, falam de corrupção, mas ficam no limbo, esquecidas. De quem era o helicóptero com 450kg de cocaína? Não era de amigo meu, e sim de amigo do Aécio Neves. Depois, a oposição utilizará a tribuna e fará como eu quando estou aí embaixo, ou seja, vai ouvir atentamente. Então, o helicóptero não era de amigo nosso, e sim de amigo de Aécio Neves. Quem comandava o Estado que roubou R\$1.000.000.000,00 do metrô e da CBTN? Serra e Alckmin, no Estado de São Paulo. Foi o escândalo do metrô. Vamos falar do roubo de R\$2.000.000.000,00 da merenda escolar, deputada Marília. Em qual governo isso ocorreu? No governo Alckmin.

Quem pegou o jatinho do Youssef emprestado? Álvaro Dias. Quem montou o esquema da Petrobras, de que hoje de manhã, inclusive, o deputado Cristiano lembrava, que está na autobiografia de FHC? Quem montou o esquema da Petrobras, com Cerveró, com Paulo Roberto Costa e Delcídio? Este, inclusive, coloca, em sua delação, os nomes de FHC e do senador Aécio Neves. Também isso é esquecido. Quem montou o esquema foi FHC. Quem nomeou o genro para diretor da Petrobras? Fernando Henrique Cardoso. Quem é compadre do banqueiro André Esteves? Se fosse Lula, seria amigo do Lula. Mas quem é compadre do banqueiro André Esteves? Aécio Neves. Quem é meio primo de Gregório Marin Preciado, aquele que levou R\$15.000.000,00 na venda da Pasadena? José Serra. Quem foi descoberto com uma dezena de contas no exterior, ameaçou testemunhas, prejudicou investigações? Cunha, que é aliado da oposição. Quem ameaçou empresário, exigiu US\$5.000.000,00 só de um deles? Cunha, aliado da oposição. Quem aparece na revista de milionários, *Forbes*? A filha de



José Serra. Vamos ver se há mais anotações aqui sobre essas questões sobre as quais a oposição vem à tribuna e fala, fala, fala do presidente Lula, mas se esquece de Aécio Neves, FHC, Serra, Alckmin, todos do PSDB.

Então, oposição, estou aqui com a função de lembrá-los. Na verdade, quando se fala de corrupção, de ir para as ruas contra a corrupção, quando a oposição, mais uma vez, liderada por Aécio Neves, quer fazer uma grande composição partidária, uma unificação partidária, para ir para as ruas protestar contra a corrupção, o que está em jogo não é isso. O que está em jogo aqui não é o discurso demagógico contra a corrupção. O que está em jogo, quando essas pessoas saem de verde e amarelo, o que preocupa, realmente, essas pessoas são os projetos sociais criados nos governos Lula e Dilma. O que está em jogo é o Minha Casa Minha Vida, que deu moradia e dignidade a milhões de famílias. É isso que está em jogo. O que está em jogo é o Mais Médicos, que não significa apenas levar médico para as regiões mais pobres, significa também a ampliação da oferta de vagas nos cursos de medicina das universidades federais do nosso Brasil. O que está em jogo, quando essas pessoas saem para as ruas, é o Enem, o sistema de cotas, que permite que filhos da classe trabalhadora e que jovens negros possam ir para a universidade federal. O que já está comprovado que deu certo: quem entrou nas universidades pelo sistema de cotas, negros e jovens pobres, tem o mesmo rendimento ou até melhor que aqueles que entraram regularmente.

O que está em jogo é o Pronatec, o Pronaf, o ProUni, o Fies, o Farmácia Popular, o Luz para Todos, o Bolsa Família, sobre o qual um deputado da oposição esses dias disse que era para vagabundo.

Esse deputado não conhece a realidade do povo mais pobre. Eles defendem o Estado mínimo. Eles nunca precisaram de uma escola pública. Nunca precisaram de equipamentos públicos. Nunca precisaram do governo como eu precisei, porque venho de família pobre, de mãe viúva com cinco filhos para criar. Essas pessoas não têm noção da importância desses projetos que estão dando certo. O que mais incomoda é que estão dando certo. Eles não têm noção da importância que esses projetos têm. Eles se incomodam porque agora filho de pobre vai para a universidade, pobre viaja de avião, pobre tem carro, empregada doméstica tem direitos. Para eles isso é muito ruim. Para eles é muito ruim terem de cumprir os direitos para com a empregada que está em sua casa. É isso que incomoda essa turma que vai para a rua no dia 13 com a desculpa de que são contra a corrupção.

Se de fato são contra a corrupção, falem declaradamente todas as mazelas deste estado. Infelizmente não quero disputar quem está mais e quem está menos, gostaria que ninguém estivesse envolvido em processo de corrupção. Não é isso que está em jogo, qual partido está mais envolvido, mesmo porque não é o meu partido. Não é essa a disputa. O que está em disputa é o projeto social deste país. Quando os parlamentares trabalham pelo quanto pior melhor, perdem todos, perdem todos os partidos, perdem todos os parlamentares, perde a sociedade.

Estamos em um momento de crise, uma crise mundial, uma crise no Brasil, uma crise na China, uma crise na Europa, todos os países estão em crise. Em vez de nos juntarmos para que o País possa sair da crise, faz-se o contrário, a oposição trabalha para o quanto pior melhor com um discurso falso, sustentado pela grande mídia, principalmente a Globo. Presidente, agradeço a oportunidade e devolvo a palavra.

* – Sem revisão do orador.

O deputado João Leite* – Primeiramente quero saudar a reserva de Minas Gerais, este parlamentar querido, o Dr. Hely Tarquínio, médico dos pobres deste país. Ouvimos falar aqui sobre pobres. Se há alguém que devotou a vida para essas pessoas, foi o Dr. Hely Tarquínio, a quem homenageio nesta tarde. Ele é meu amigo, meu irmão de coração.

Pensei que aquele que governa este país, este estado, é o meu querido professor militante brasileiro. Está ali: ética, dever do cidadão; cadeia, direito do corrupto. Não é a oposição, é o professor que hoje está aposentado que vai para as ruas para denunciar que o País está sendo roubado. Ele quer os corruptos na cadeia. Achei que seria uma defesa, uma explicação pelo que aconteceu no País, uma explicação sobre Pasadena, uma explicação sobre o que o senador Delcídio do Amaral disse. São questões graves. Líder Mourão, eles não falam isso, eles acusam os outros. Aquele partido dá saudade, aquele partido que dizia que era uma vestal e acusava todos os outros. Hoje esse partido vem aqui dizer: “Não erramos, não nos



corrompemos, não roubamos o País, não fizemos isso. Não, foi o Aécio, foi a oposição”. Não é a oposição que está nas ruas, não. Alô, acordem! Quem está na rua é o professor aposentado, é o povo. Vamos nos juntar a esse povo. Quem está indignado nas ruas é o povo brasileiro, que se sente enganado.

Vejo aqui o nobre deputado Doutor Wilson Batista, que é médico. Perguntem a ele como está a saúde neste país. Ele deve fazer isso no hospital para tentar atender a todos, mas ele não dá conta. Olha o que fizeram com o País, olha o que fizeram com a saúde! Perguntem ao deputado Sargento Rodrigues, especialista em segurança, sobre a situação da segurança em nosso país. Perguntem ao professor que deu a vida à escola como está a educação no País. Eles vêm aqui: “Não está acontecendo nada. É culpa do Aécio”. Desceu um helicóptero do Espírito Santo, é o amigo do Aécio. Gente, respondam o que o País está pedindo! Onde está o dinheiro dos brasileiros?

Eles gostam de falar dos programas sociais. O grande programa social deste país chama-se Plano Real. Foi ele que tirou a inflação. Vão – e eles não vão – aos sacolões, aos supermercados e vejam os preços. E em Minas Gerais? Está aqui o deputado Leandro Genaro, meu querido irmão. O que está acontecendo? Proibiram a Bíblia nas comunidades terapêuticas. Eles vão lá e tiram a Bíblia das comunidades. Ouvimos aqui que um deputado foi proibido de entrar em uma escola estadual. Isso é democracia? Esse partido é ridículo. É patético vir aqui defender o indefensável. Eles não conseguem se defender.

Concedo aparte, com muita honra e muito carinho, ao nobre líder Bonifácio Mourão, relator da Constituição do Estado de Minas Gerais. Sei que ele trará brilho a esta manifestação que fazemos nesta tarde. Por favor.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* – Serei breve, deputado João Leite, até porque nossos colegas Felipe Attiê, Sargento Rodrigues e outros querem apartear-lo.

O deputado que o antecedeu nesta tribuna falou de vários políticos. Se me lembro, citou Aécio Neves e José Serra, disse que há problemas na Justiça contra eles. É interessante, deputado João Leite, que não há nenhum mandado de prisão coercitiva nem de condução coercitiva contra eles; eles não estão sendo processados. Não houve início de processo. O processo só se considera iniciado depois de recebida a denúncia, que o próprio STF mandou arquivar de imediato contra o Aécio, dizendo que não havia absolutamente nada. Levantaram acusações contra o ex-governador Anastasia, mesmo destino. O STF não admitiu sequer processo nem contra o Aécio nem contra o Anastasia. Isso foi publicado na imprensa brasileira toda.

Agora que o grande juiz Sérgio Moro manda, como mandou para 133 pessoas diferentes na Operação Lava Jato, uma condução coercitiva contra o ex-presidente Lula: “Não, contra ele não pode”. Contra os outros 132.... Lembrou bem aqui o deputado Felipe Attiê, sempre espirituoso: é o faraó, contra o faraó não pode.

Mas não pode por quê? Qual é a oportunidade que ele teve, deputado João Leite? O juiz Sérgio Moro deu a oportunidade ao ex-presidente Lula de explicar o sítio em Atibaia; de explicar o apartamento em Guarujá; de explicar as palestras no valor de R\$30.000.000,00, não sei quantos mil reais por minutos, palestras que nunca existiram; de explicar uma série de coisas, nomeação de ministros para o STJ pela presidenta Dilma Rousseff, para efeito de votar favoravelmente a determinadas empreiteiras. Tudo isso foi denunciado nas revistas. V. Exa. está mostrando. Então, mostra, quanto àqueles políticos referidos pelo deputado anterior, quais são os processos. Ou a Justiça existe só contra o PT? A meu ver, é uma falta de respeito à Justiça Federal, à Justiça Estadual, à Justiça brasileira. Então, virem contra a imprensa. A imprensa, agora é toda contra o PT? Não é isso, não. Quem está contra o PT é o povo brasileiro, conforme V. Exa. mostrou, cerca de 90% do povo brasileiro. Agora, vem um deputado aqui se insurgir contra tudo, até contra o movimento do dia 13, que será domingo ainda. Ele já está apavorado com o movimento, deputado João Leite. “Estão dizendo que o povo vai à rua”. Vai à rua mesmo, com toda a razão, e iremos com a bandeira do povo do Brasil. Muito obrigado a V. Exa.

O deputado João Leite* – Agradeço, deputado Mourão. Sabia que V. Exa. traria brilho à nossa manifestação. É lamentável vermos o que está acontecendo em nosso país e vermos uma manifestação dessas. Enquanto estou falando, há muita gente acompanhando a reunião. Alguém está reclamando: retiraram do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente a Assembleia Legislativa a Polícia Militar. Quem que eles acham – o deputado Sargento Rodrigues foi da Rotam,

da rua – que vai cuidar da criança que está na rua, de madrugada? É o promotor, ou não sei quem? Não, é o policial militar que está na rua. Retiraram a Polícia Militar do conselho estadual, retiraram a Polícia Civil. Quem está na central? É o policial militar, é o delegado da Polícia Civil. Esse governo do PT, em níveis nacional e estadual, é um espanto. É impressionante.

Com muito prazer, concedo aparte ao nobre deputado Sargento Rodrigues, que está preocupado com a escuridão que se deu na entrada. Mãe, ligue para mim, quero saber se você está assistindo a TV Assembleia, porque a toda a hora desligam a televisão, a antena não está funcionando, minha mãe não consegue ver, a internet cai também. É um negócio impressionante: onde o PT entra, ele vai ramificando, vai tirando as polícias....

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte) – Obrigado, deputado João Leite. Quero cumprimentar V. Exa. e o nosso líder, deputado Bonifácio Mourão. Também fiquei estarecido com a fala do deputado Professor Neivaldo. Profundamente estarecido porque o Professor Neivaldo vem aqui e diz: “Não! Porque querem mesmo, o projeto é acabar com os programas sociais construídos pelo PT”. Primeiro, os programas sociais não foram construídos pelo PT. O PT melhorou os programas sociais. É fato. Isso é fato. No primeiro mandato do governo Lula, realmente foi feito isso. O que não pode ser usado é o seguinte: “Nós melhoramos os programas sociais, o Fies, o Bolsa Família, então podemos roubar do povo”. Parece que foi dito exatamente isso aqui. “Então, podemos roubar do povo, podemos desviar US\$19.000.000.000,00 criminosamente da Petrobras”. Foi isso que o PT fez. O PT fez exatamente isso. Agora, sabe como o PT responde às cobranças de Sérgio Mouro, às cobranças dos brasileiros nas ruas, deputado João Leite? Vou lhe dar a dica: quando a sua estrela maior fala, eles repetem imediatamente, do ponto de vista da hierarquia. O PT, agora, neste momento, com a fala do deputado Professor Neivaldo, quer dizer o seguinte: os fins justificam os meios. Melhorei o programa Bolsa Família, melhorei o Fies, o Pronatec, então podemos roubar porque os pobres vão continuar votando em nós. Podemos roubar à vontade e depois damos algumas migalhas para eles. Olhe o que o líder maior do PT, nobre deputado João Leite, fala, repete e insiste, e os seus petistas liderados fazem a todo o momento.

Escutem. (– Aproxima celular no microfone) Ou seja, o Lula vem a público fazer exatamente isto: mentir, mentir e mentir. E agora passam a atacar.

Quero dizer ao deputado Professor Neivaldo que no meu partido havia um cidadão que foi denunciado porque estava transferindo terras devolutas para o nome dele. Ele se chamava Manoel Costa, presidente do meu partido. Eu pedi a sua expulsão. O cidadão que está nos acompanhando não quer saber se é PT, PMDB, PSDB, se é PDT ou PP, ele quer saber que devemos banir da vida pública a corrupção. Mas sabem como o PT encara isso, deputado João Leite? Atacando a Lava Jato, a Justiça Federal, o Ministério Público Federal, atacando a Polícia Federal, dizendo que é golpe. Golpe é roubar o dinheiro do povo descaradamente; golpe é roubar a Petrobras; golpe é zombar da paciência. No dia 13 de março já conclamei os meus assessores – será domingo, folga dos meus assessores – e estaremos lá com o ilustre professor em nome do povo brasileiro. Mas sabem com qual bandeira? Com a bandeira do Brasil, professor, que é essa. Eles não vão nos vencer, eles não vão nos calar, não adianta o Lula esbravejar nem fazer ameaças, eles não são maiores do que o povo brasileiro. Parabéns, deputado João Leite.

O deputado João Leite* – Obrigado.

O deputado Felipe Attiê (em aparte) – Sr. Presidente, grande Hely Tarquínio, esse médico dos pobres, e deputado João Leite, tivemos que ouvir as mentiras do PT. Minta mil vezes, que essa mentira se torna verdade. Essa é a receita do PT. Querem um exemplo? O Lula só fez essas políticas sociais como o Sílvio Santos gosta: “Quem quer dinheiro?”. E distribui. No governo dele, tivemos US\$200.000.000.000,00 de dinheiro extra do petróleo, da soja, do milho, do minério, de *commodities*, que é o que o Brasil exporta, porque a China estava indo bem demais. Se com US\$200.000.000.000,00 extras dá para fazer essa farra petista, que façam agora para ver se há condições.

Outra coisa: tem Lula na Rússia, tem Lula na China, tem Lula na África do Sul, tem Lula na Índia? Milhões de pessoas desses países saíram da pobreza, houve melhorias na vida do seu povo. Por quê? Porque a Índia produz *commodities*, porque a África do Sul produz *commodities*, porque a China também produz uma série de quinquilharias baratas, porque a Rússia

www.almg.gov.br Página 46 de 53



produz *commodities*, petróleo, etc. Agora, como o valor de tudo isso despencou, o Brasil entrou em crise. É muito fácil fazer política social distribuindo dinheiro.

Esse Lula vai lá e dá uma entrevista, assentado naquele sindicato do PT – pois aquilo é um partido e um sindicato ao mesmo tempo –, como se estivesse comendo uma chuleta no ABC e tomando pinga, e começa a vomitar besteira. É um faraó tupiniquim, é o Ramsés brasileiro. Ele deveria ter pedido para a OAS fazer uma pirâmide para ele, porque é o único presidente da história que ganhou 11 contêineres de presentes. E ainda diz que Floriano Peixoto foi o primeiro presidente da história do Brasil, mas foi Deodoro. O pior não é isso, deputado João Leite, ele contrata a OAS, seu amigo, Sr. Léo Pinheiro, para pagar para o Ramsés guardar 11 contêineres de muamba – porque por nada daquilo pagou imposto, foi presente do estrangeiro – no armazém por R\$1.200.000,00. A OAS deveria ter feito uma pirâmide para o Ramsés tupiniquim. E o Ramsés pede a OAS para pagar as quinquilharias do que foi subtraído do Palácio....

Vou voltar a falar do Ramsés, do nosso faraó tupiniquim, para dizer que é tudo mentira desse povo. Se alguém pergunta alguma coisa a eles, como quem é o dono do sítio, respondem que é o Bumlai. Quem é o dono do apartamento? É o Bumlai, o fulano ou o sicrano, mas sou eu que uso tudo. Ora, tem inhambu na capanga, tem muamba nisso aí, tem rolo. E querem vir com conversinhas...

Vou devolver a palavra ao deputado João Leite, mas, se eu tiver tempo para usar a palavra, vou falar o que penso desse pessoal, o que penso desses dobradores, desses mentirosos que estão mentindo para o povo brasileiro há muito tempo e que quebraram o Brasil.

O deputado João Leite* – Infelizmente, a conta final é desemprego, é recessão, é inflação. Foram quase 14 anos no poder, e o que temos em nosso país é isso.

O que esperávamos desse partido, ao subir aqui, é que dissessem que apoiam a Lava Jato. O senador Aécio Neves, o mais querido, de quem eles não nos deixam esquecer, porque a toda a hora lembram o seu nome – é paixão demais –, apoia a Lava Jato e quer que tudo seja apurado, como todos nós, do PSDB. Achei que vocês subiriam aqui para dizer que apoiam a Lava Jato. Ontem, o Lula quase se transforma em ministro da Justiça. Aí, ele ia mandar na Polícia Federal. Já pensaram?

Mas estou mais interessado no *Minas Gerais* de hoje, que traz a desapropriação feita em Campos Gerais. De quem é aquela fazenda? Estamos tentando descobrir de quem é a fazenda. Não há dinheiro para pagar aos servidores, mas tem dinheiro para pagar a desapropriação daquela fazenda! Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Celinho do Sinttrocel* – Sr. Presidente, deputados e deputadas presentes, telespectadores da TV Assembleia, gostaria de fazer um comentário acerca dessa crise que estamos vivendo em nosso país e que se aprofunda a cada dia. Esse aprofundamento da crise, que contribui para o debate político, provoca uma crise também econômica, que leva o País para uma situação de muitas dificuldades.

Tenho ouvido de muitos parlamentares desta Casa e de pessoas de fora dela diversos julgamentos feitos àqueles que têm hoje processos na Justiça e que vêm sendo julgados pelo Poder Judiciário do nosso país – seja o TRE, seja o Supremo, seja o Tribunal de Justiça. O que a gente observa é que, antes de o processo transitar em julgado, há um procedimento que julgo intempestivo por parte de algumas lideranças que fazem seu julgamento próprio, antes de conhecerem o resultado final.

De minha parte, sempre defendi o diálogo. Acho que o diálogo é o meio de construir o entendimento; sem ele, a gente não chega a lugar algum. Nestes cinco anos como parlamentar, sempre tive o cuidado de não julgar ninguém antes de conhecer as provas, antes de conhecer o processo em sua íntegra e até que se faça a defesa das partes. Meu ponto de vista, que exponho hoje neste Plenário, é que não devemos julgar ninguém antes de ter provas materiais.

Faço esse comentário em razão da condução do ex-presidente da República, que já provocou duras manifestações condenando o ex-presidente, como já há manifestações condenando outros parlamentares. Temos de ter todo o cuidado, e é necessário que esse cuidado seja tomado por todas as partes.



Por isso quero ressaltar que recebi hoje no meu gabinete, na Assembleia Legislativa, um documento que foi despachado pelo PCdoB em Brasília, ou seja, pelo deputado Wadson Ribeiro, nosso presidente nacional, em que diz que o ministro Gilmar Mendes, do STF, devolveu um processo que tramitou em Minas Gerais, no TRE, em 2014, relativo ao processo eleitoral de 2014. Nesse processo, a coligação Minas para Todos, formada pelo PT, PMDB, PRB e Pros, havia ajuizado uma ação de investigação judicial eleitoral contra Dinis Pinheiro, Ana Lúcia Gazzola, Rosane Aparecida Belico Guimarães, João Pimenta da Veiga Filho e até do nosso parlamentar João Leite da Silva Neto. Nessa ação, entendiam – e entende a coligação – que houve abuso de poder econômico e político, com fundamento no art. 22 da LC nº 64, de 1990, e conduta vedada a agente público, nos termos do art. 73, incisos I, II e III, da Lei nº 9.504.

Segundo a inicial por parte da coligação Minas para Todos, as investigadas Ana Lúcia Almeida Gazzola e Rosane Aparecida Belico teriam praticado conduta vedada ao se utilizarem de patrimônio público da Secretaria de Educação de Minas Gerais para, por meio de listas de *e-mails* institucionais, enviar informações da campanha dos demais investigados a todos os diretores de escolas públicas de Minas Gerais.

Sofri essa situação. Fui candidato a prefeito em Coronel Fabriciano em 2012. Numa candidatura, a minha oposição, com o intuito de fazer uma campanha difamatória contra a minha pessoa nas escolas – foram chamados os pais com o objetivo de entregar o boletim das notas dos alunos –, informou a todos os pais de família que ali estavam presentes ao lado das crianças que eu, ganhando a prefeitura de Coronel de Fabriciano, acabaria com a escola de tempo integral e demitiria todos os diretores da escola.

A ação proposta pela coligação Minas para Todos mostra e quer mostrar para a Justiça que, de certa forma, houve o uso da máquina pública, um abuso ao utilizar-se da estrutura do governo para ganhar as eleições. Esse processo tramitou no nosso Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais e, durante o trâmite, foi julgada improcedente a ação. Dessa forma, não concordando com a decisão de 1ª instância, a coligação Minas para Todos recorreu ao Tribunal Superior Eleitoral. Então, é um vasto documento, que coloca todas as condições, tudo o que fundamenta a ação apresentada por essa coligação.

O que me levou, de certa forma, a criar o debate aqui, para que possamos sempre dialogar antes de acusar ninguém – talvez já fosse esperado por muitos que essa ação fosse julgada improcedente também no Tribunal Superior Eleitoral –, é que o ministro Gilmar Mendes, relator do processo, decidiu: (– Lê:) “A meu ver, portanto, existem elementos suficientes a exigir a abertura da fase de instrução do feito, medida esta que se mostra consentânea com a natureza grave dos fatos e que, ao cabo, serve não ao investigador ou aos investigados, mas, sim, ao processo, como meio de viabilizar a efetiva prestação de jurisdição”. E diz ainda: “Ante o exposto, dou provimento ao recurso ordinário para receber a petição inicial e determinar ao Tribunal Regional Eleitoral de Minas o prosseguimento do feito”. Então, determina aqui o Tribunal Regional Eleitoral de Minas que se investiguem os fatos denunciados pela coligação Minas para Todos.

Não quero aqui fazer julgamento algum contra os recorridos na ação dessa coligação. Quero defender sempre o entendimento, o diálogo. De certa forma, como deputado, defendo o espaço da conversa, do diálogo, do entendimento. Portanto, não vou acusar ninguém, muito menos o meu companheiro deputado João Leite. Não faço julgamento disso. Estou mostrando que não devemos julgar ninguém antes de termos a prova, antes de termos a razão, a certeza de que o entendimento colocado por A ou B faz sentido.

Com esse relato, quero contribuir para que possamos caminhar nesta Casa sempre com o espírito democrático, respeito, diálogo, sem primeiro ofender as pessoas. É muito ruim ofender alguém e depois não conseguir provar. Assim, não caminhamos no sentido da democracia.

Percebo que precisamos construir esse entendimento, esse debate. A defesa tem de ser colocada por todas as partes. Quero me manifestar neste momento difícil para o País, neste momento em que o governo de Minas passa por dificuldades, não só o governo de Minas, mas também o governo de São Paulo, o governo do Rio, enfim, todos os governos do sistema federativo do nosso país.



O meu desejo é caminharmos sempre nesse sentido e que as apurações sejam feitas. Se for provado, se houver provas, que haja a condenação. Mas antes de fazermos esse julgamento, temos de buscar esse entendimento, e é o que estou defendendo hoje neste Plenário. Ficamos no Plenário, ouvimos muitas acusações, mas, às vezes, no final do processo, não temos uma decisão. Por isso, até mesmo em respeito ao meu colega e amigo deputado João Leite e a todos os recorridos, coloco-me nessa posição de sempre esperar por esse caminho da defesa e do entendimento. E, depois de transitado em julgado, se houver provas, vamos poder nos posicionar de forma mais segura antes de fazer qualquer tipo de interpretação.

O deputado Cristiano Silveira (em aparte)* – Deputado Celinho do Sinttrocel, quero destacar a postura de V. Exa. quando trata do assunto que chegou ao seu conhecimento. O senhor trata com cautela, com zelo, com respeito, porque sabe que ninguém deve ser condenado sem que haja o amplo direito de defesa e a decisão final da Justiça em todas as instâncias. Se fosse um deputado do PT, deputado Celinho do Sinttrocel, isso já teria virado um carnaval, porque hoje basta apenas uma acusação para que um membro do PT seja execrado publicamente pelos meios de comunicação, pela imprensa. Então, V. Exa. prega aqui a prudência e o respeito àqueles que precisam prestar os devidos esclarecimentos quando questionados. A maneira como V. Exa. age deveria ser adotada pela grande maioria dos pares desta Casa.

O deputado que também fez uso desta tribuna em aparte, deputado Sargento Rodrigues, é do PDT. O PDT é da base da presidenta Dilma, o PDT tem ministério no governo da presidenta Dilma, o PDT é da base de apoio do governo do PT, e o Sargento Rodrigues é um homem que sempre prega aqui a coerência. Espero que até o prazo da janela, Sargento Rodrigues, V. Exa. entregue a sua desfiliação do PDT e ingresse em outra legenda, porque é evidente que V. Exa. quer manter a coerência. V. Exa. não quer ser de um partido que é da base do PT, que, na sua lógica, é um partido que rouba, um partido corrupto. Acho que V. Exa. deve essa explicação. Aí fala assim: “Eu não. Esse problema é do PDT lá em Brasília”. Ora, não há distinção, os partidos são nacionais. Eles têm seus diretórios nos estados, mas o partido é nacional.

Partido não é pessoa. Pois é, agora começou, não é? Quando é do PT, é do PT, mas, nesse caso, não é pessoa.

Celinho, para terminar, também quero usar desse instrumento de que o deputado Sargento Rodrigues gosta de lançar mão. Também quero colocar um áudio aqui para vocês. (– Aproxima o celular do microfone.)

Deputado Celinho do Sinttrocel, não vou passar o áudio todo, mas é para sabermos que, para falarem do PT, aqueles que nos acusam deveriam estar em instituições ilibadas, nas quais todos os seus membros nunca teriam cometido qualquer ato irregular. Então, balizaremos um pouco a discussão nesses termos. Obrigado a V. Exa. pelo aparte.

O deputado Celinho do Sinttrocel* – Agradeço o aparte, deputado Cristiano Silveira.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva* – Muito obrigado, presidente Ulysses. Solicitamos a palavra pelo art. 164 em decorrência do pronunciamento do deputado do PT, quando, em seu arrazoado ou libelo acusatório, preferiu, deputado João Leite, exclusivamente, trazer tópicos de 3, 4, 5, 10 anos para buscar o debate. Lamento muito a forma, o comportamento em provocar a bancada do PSDB, como o fez. Se provocou, fê-lo de maneira mentirosa, covarde e, principalmente, leviana, quando faz ataques ao PSDB, quando traz reiteradas vezes o nome do ex-governador de Minas, senador Aécio Neves, trazendo não somente ele, mas amigos que nada têm a ver com o bom discurso, a boa fala, correta, zelosa e digna que este Parlamento merece.

É necessário dizer que o PSDB não é alvo de nenhum processo de corrupção. Quem está na mira da corrupção não é o nosso partido. A fala das ruas, o chão das ruas não é contra o PSDB. Sabemos perfeitamente da instabilidade que estamos vivendo na escola, na igreja, na família, no parlamento, em todo o Brasil. Não vamos tampar o sol com a peneira, não vamos usar a tribuna para dizer que está tudo bem, para jogar a culpa nos governos passados. Seria muito mais elegante e correto o silêncio do que trazer aqui palavras confusas, para dizer à mente daqueles que nos assistem que está muito bem: “O Brasil vai muito bem, o Brasil está muito feliz, comandado por uma presidenta, pelo ex-presidente chamado pela Polícia Federal”. Quero dizer que o nosso partido e nenhum dos seus líderes teve intimação coercitiva, ninguém foi chamado pela Polícia Federal,



principalmente por aqueles processos apresentados à polícia. Aqui tanta festa foi feita pela situação. Foi feita referência ao senador Anastasia, mas nada, absolutamente nada foi provado contra ele nem contra o senador Aécio Neves.

Sou muito favorável ao debate, deputado João Leite, mas vamos fazê-lo seriamente, com altivez, vamos respeitar pelo menos o ouvinte. Aquele que comparece à tribuna desta Assembleia para puxar, inclusive, reminiscências, palavras, páginas do passado, fazendo com que o próprio partido que levou esses escândalos todos... É necessário que se faça uma reflexão. Não podemos deixar que isso ocorra, temos de chamar à responsabilidade aqueles que são os mais responsáveis pela instabilidade que estamos vivendo, com esses transtornos, pela situação que o País atravessa, esse mar de lama, essa dificuldade da discussão séria, correta, transparente.

Nos governos passados, nunca tivemos uma situação tal qual a que estamos acompanhando. Vamos travar, sim, um bom combate. A resposta será dia 13, nas ruas, com o povo. Não é porque Aécio pede, não é porque Anastasia pede, não é porque o PSDB pede, é o povo que vai às ruas para demonstrar a sua insatisfação quanto à forma como o País está sendo conduzido, principalmente em relação aos ordenamentos que estamos vivendo. Mas temos de destacar a nossa responsabilidade, o nosso bloco, aqueles que acreditam na política com responsabilidade, como fazemos, como o nosso sacerdócio da dignidade.

E não essa politicagem suja que estamos vendo, que assola, que maltrata a vida dos mineiros e a vida dos brasileiros. Estaremos sempre juntos para fazer com que essas insinuações que aqui estão sendo trazidas possam ser comprovadas a bem da verdade. Obrigada.

* – Sem revisão do orador.

O deputado João Leite* – Sr. Presidente, queria lamentar a maneira traiçoeira como fui atacado aqui, nesta à tarde. O mais triste, querido amigo Arnaldo Penna, que me conhece há anos e militou nesta Casa como deputado e consultor da Assembleia Legislativa, é a maneira, a jogada ensaiada. Entrega-se um documento relacionado à denúncia do PT, da coligação do deputado Celinho do Sinttrocel, uma acusação contra mim, dizendo que eu teria participado, enviando *e-mails*, convidando diretoras de escolas para uma reunião em que eu estaria presente. Eu, usando *e-mail* da Secretaria de Estado de Educação? Que poder tenho para fazer isso?

Fui chamado por causa da tristeza das pessoas, do choro, do esquema armado contra os efetivos do Estado. Retiraram do milésimo lugar a ação de inconstitucionalidade da Lei nº 100, puseram em primeiro lugar e colocaram o advogado do PT, Dias Toffoli, para derrotar quem? O PSDB, Aécio Neves? Não. Para derrotar esses professores, para derrotar as cantineiras, aquelas que estão aí agora esperando que a gente vote para que tenham direito ao atendimento à saúde. O PT, o PCdoB...

Sempre tivemos muito cuidado nesta Casa para não desrespeitar os colegas, mas hoje fui desrespeitado. Em seis mandatos, nunca vi o que o deputado Celinho do Sinttrocel fez comigo, hoje, à tarde. Ele trouxe os documentos. Fomos absolvidos no Estado. O PCdoB e o PT recorreram a Brasília, querem me acusar de ter mandado *e-mail* para uma reunião com professores da Lei nº 100, onde fui dizer sobre a PEC nº 69, que depois se transformou em PEC nº 3. Eles queriam saber se poderiam ser atendidos por essa PEC. Durante a campanha, fui lá. Não havia material meu de campanha, não pedi votos. Pedir voto daquelas pessoas massacradas pelo PT? Eu não podia. E agora vem aqui, traiçoeiramente, alguém que respeito. Eu nunca esperava isso do deputado Celinho do Sinttrocel, a quem eu respeito, mas ser usado e vir aqui... Esse esqueminha do PT eu já o conheço desde que entrei aqui. Junto com o deputado Cristiano Silveira – eu lamento –, eles armaram um esqueminha aqui para me acusar. “Estão vendo? A gente não faz isso. Nós somos diferentes. Nós não acusamos as pessoas. Estão vendo? Há essa acusação contra o João Leite, mas nós não acusamos as pessoas. Estamos esperando o julgamento.” Ninguém sabia, mas ele veio aqui contar para todo mundo e acha que tem alguém bobo nesta Casa. Ninguém é bobo, não. Lamento. Lamento ter inaugurado na Assembleia Legislativa a busca pelos inquéritos contra deputados. O meu é por isso. E os outros? São por qual motivo? Sempre nos respeitamos. Esperamos decisões finais aqui. Nunca fizemos isso.



Parabéns, deputado Celinho do Sinttrocel. V. Exa. inaugurou uma nova fase na Assembleia Legislativa nesse esqueminha que fez com o deputado Cristiano Silveira. Lamento o que vocês armaram aqui. Quem mais participou disso para me acusar? Estou pronto para responder tudo. Não há nada na minha vida pública de que me envergonhe.

Estou no sexto mandato de deputado. Se errei, pagarei a conta. Está aberta a minha vida, que o senhor escancarou aqui hoje. Meu nome é João Leite da Silva Neto. Esse é o nome que tenho. Fui o atleta que mais vestiu a camisa do Clube Atlético Mineiro. Fui um atleta que vestiu a camisa da Seleção Brasileira. Foram mais de mil jogos. Houve uma expulsão, mas injusta. Foi uma expulsão injusta. Fui fundador dos Atletas de Cristo, que está em 70 países. A maioria deles representa este Brasil. Representei este país enquanto jogava em Portugal.

Nesta tarde, tentam me jogar numa vala à qual não pertenço, deputado Celinho do Sinttrocel. V. Exa. me traiu e traiu seus colegas também, junto com o deputado Cristiano Silveira. É muito triste o papel que o senhor desempenhou aqui nesta tarde. Estou pronto para responder a todos os questionamentos sobre a minha vida pública, como secretário de Estado, como secretário Municipal do PT. Fui escolhido pelo PT. Fui chamado pelo Aécio Neves e pelo Eduardo Azeredo, citados aqui. Eles disseram: “Vai, João Leite”. Isso foi em 1993. Sirvo ao povo de Belo Horizonte. Vocês não têm grandeza.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Cristiano Silveira* – Presidente, quero fazer defesa do deputado Celinho do Sinttrocel, que foi extremamente prudente, cuidadoso e zeloso em sua fala. O Celinho não fez acusação a ninguém, a nenhum deputado. Porém, o Celinho relatou fatos. O deputado que me antecedeu manifestou sua indignação, que é justa. Essa mesma indignação é que a grande maioria dos membros do Partido dos Trabalhadores tem sentido e tem vivido, diante de todas as acusações que tem sofrido, presidente. É exatamente essa a indignação, pelos ataques, pela raiva, pelo ódio, por tudo isso. Temos sentido isso.

É necessário que se balize o tom, a medida, o ataque. Não é possível viver numa condição civilizada na política quando não se respeita esse limite. Desde o início deste meu primeiro mandato, o que mais presenciei nesta Casa foram ataques raivosos, de ódio, com o objetivo muito claro de destruição do Partido dos Trabalhadores. Temos sentido muito ódio, temos ouvido muito ódio. Aqui não há nenhum esquema, nenhuma articulação. Quem está dizendo que é preciso que se apurem fatos ocorridos na campanha é o ministro Gilmar Mendes, não é o deputado Celinho do Sinttrocel, nem o deputado Cristiano Silveira, nem o deputado Neilando Pimenta ou qualquer deputado. Isso precisa ficar estabelecido.

Perdoarei também o deputado que se utilizou primeiramente do art. 164, criticando a minha postura e a minha fala, porque ele não estava presente quando os deputados que me antecederam também falaram. Senão a crítica dele teria sido direcionada não somente a mim, mas também a todos que me antecederam. Este, deputado, tem sido o tom nesta Casa. Queremos que haja uma reflexão, na justa medida, daquilo que é civilizado na disputa e no debate político. Não vamos nos calar. Vamos fazer o bom debate, vamos fazer o enfrentamento, vamos fazer a defesa de nossas ideias. É para isso que estamos aqui.

Então, companheiros, queremos dizer justamente isso: nunca vi uma campanha de ódio tão grande quanto a que estamos vivendo neste momento. O presidente Lula foi conduzido de forma coercitiva, passível de crítica até mesmo do ministro do Supremo Marco Aurélio Mello, que falou dos exageros dessa condução. A oposição deste país, as elites deste país queriam essa fotografia do presidente Lula sendo conduzido, queriam entregar isso aos setores mais conservadores que disputam conosco.

Não havia necessidade. O presidente Lula já havia dado depoimento em três inquéritos anteriores. Ele poderia ter sido convidado. A imprensa estava toda armada: a *Folha de S.Paulo* desde as 5h15min, um editor da revista *Época* desde as 2h30min, e nem os advogados do presidente Lula sabiam o que viria em seguida. E isso tem sido o motivo dos ataques e da perseguição que temos sofrido.

Vamos reagir. Se há uma manifestação no dia 13, pelo *impeachment* da presidenta Dilma, pela cassação dos petistas, reagiremos no dia 18, quando faremos uma grande mobilização em todo o País e também em Belo Horizonte para mostrar que



não vamos aceitar o golpe. Estamos aqui para fazer o bom debate, a defesa das nossas ideias e dos nossos valores. Se é verdade que nem todos do mesmo partido são corruptos – e isso foi dito aqui quando fiz um questionamento –, queremos que nos respeitem. Obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Celinho do Sinttrocel* – Quero dizer a todos os deputados, às deputadas, aos telespectadores da TV Assembleia e aos presentes no Plenário que fui citado na fala do deputado João Leite. No meu pronunciamento da tribuna, citei o nome do deputado como parte integrante de um processo que corre no TRE. Primeiro, deputado João Leite, quero dizer ao nobre deputado que o respeito, conheço seu passado e sei de sua história. Em momento nenhum, naquela tribuna, julguei a sua pessoa. Quero dizer ao deputado e lembrá-lo de que as notas taquigráficas estão aí para serem consultadas. Quando disse seu nome, disse que você estava arrolado como recorrido. E ainda, quando você disse que eu havia falado que você tinha usado *e-mail*, quero explicar; e vou ler novamente o que eu pronunciei: “Segundo a inicial da coligação Minas para Todos, as investigadas Ana Lúcia Almeida Gazzola e Rosane Aparecida Belico Guimarães teriam praticado conduta vedada ao se utilizarem de patrimônio público da Secretaria de Educação de Minas Gerais para, por meio de lista de *e-mails* institucionais, enviar informações da campanha dos demais investigados a todos os diretores de escolas públicas de Minas Gerais”.

Não citei o nome de V. Exa. Não citei que o deputado João Leite havia feito isso. Além disso, coloquei, com muita segurança, para não começarmos a fazer julgamento de deputado ou de qualquer cidadão político aqui sem primeiro ter o fato transitado em julgado. Fiz esse apelo para construirmos o diálogo e não acreditava nem faria qualquer julgamento em relação ao deputado João Leite.

Sinto-me tranquilo no meu dever de representar aqui o PCdoB. Simplesmente relatei que processos existem e que temos de ter esse cuidado no julgamento deles, além de ter provas para poder afirmar que A, B ou C é ou não aquilo que está se propondo em uma inicial. Então, minha fala da tribuna foi para podermos construir o diálogo, o equilíbrio neste momento difícil por que passa todo o nosso país e o nosso estado.

Entendo, até mesmo como parlamentar, que precisamos resgatar a credibilidade, o respeito das pessoas que nos assistem pela TV Assembleia. As falas que às vezes condenam não podem virar prova, não são a verdade. De maneira alguma estou aqui dizendo que V. Exa. é culpado ou que falou isso ou fez isso. Eu não disse isso. Então, não agi de forma traiçoeira, não menti, não trouxe um debate para prejudicá-lo, porque conheço a sua história. Agora, julgamento é o que eu recebi no meu gabinete. Nesse momento em que utilizo o art. 164 não venho pedir perdão, e sim esclarecer os fatos, como deputado. Não fiz nenhum acordo com deputado A, B ou C. Tenho minha vida própria como deputado nesta Casa e não fiz julgamento de governo algum e nem quero fazê-lo. Mas acho um tremendo equívoco muitos parlamentares julgarem as pessoas sem primeiro provar. Não comungo com isso, não participo disso.

Presidente, era isso o que gostaria de dizer pelo art. 164, por ter sido citado pelo deputado João Leite.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 14/3/2016, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando Diogo Sie Carneiro Lima, padrão VL-54, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.



Nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990 e 5295, de 15/12/2006, assinou os seguintes atos:

exonerando Cesar Plotz Frois do cargo em comissão de recrutamento limitado de Assessor, padrão S-03, código AL-DAS-1-01, do Quadro de Pessoal desta Secretaria;

exonerando Júlio Cadaval Bedê do cargo em comissão de recrutamento limitado de Assessor, padrão S-03, código AL-DAS-1-01, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/2004, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/1993, 5.198, de 21/5/2001, 5.295, de 15/12/2006, e 5.328, de 21/12/2009, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/2001, 2.468, de 23/11/2009 e 2.610, de 2/3/2015, assinou o seguinte ato:

designando Júlio Cadaval Bedê para a Função Gratificada de Nível Superior – FGS, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Consultoria Temática.

AVISO DE LICITAÇÃO

Concorrência nº 1/2015

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 37/2015

Objeto: contratação de agência de propaganda para prestação de serviços de publicidade à ALMG.

Resultado da Classificação das Propostas Técnicas após o julgamento dos recursos

Licitantes classificadas: 1º lugar: Perfil 252 Comunicação Completa Ltda. 2º lugar: RC Comunicação Ltda.

Licitantes desclassificadas: JMM Comunicação Ltda., consórcio liderado pela Fazenda Comunicação & Marketing Ltda., Agência Life Wit Comunicação Ltda., MC Com Ltda. (Feeling Comunicação), Faz Publicidade Ltda., Oriente Comunicação Ltda., Libra Comunicação Total Eireli – ME, AB Positivo Comunicação e Marketing Ltda. (Consórcio LF Mercado – Reciclo) e Casablanca Comunicação & Marketing Ltda.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que será realizada no dia 18/3/2016, às 9h30min, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, na Rua Martim de Carvalho, 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte-MG, sessão pública para a abertura dos envelopes de preços previstos no item 7 do Edital da Concorrência nº 1/2015.

Belo Horizonte, 15 de março de 2016.

Eduardo de Mattos Fiuza, presidente da Comissão Permanente de Licitação.

TERMO DE CONTRATO Nº 11/2016

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Clínica Odontológica Espaço Sorriso Ltda. – ME. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica aos deputados e ex-deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e aos respectivos dependentes. Vigência: 60 meses contados a partir da data de sua assinatura. Licitação: inexigível, por inviabilidade de competição, nos termos do art. 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.